

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV

FLORIANÓPOLIS, 13 DE SETEMBRO DE 2005

NÚMERO 5.478

15ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE

Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE
Lício Mauro da Silveira

1º SECRETÁRIO

Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Paulo Eccel

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Clésio Salvaro

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR
SOCIALISTA**
Líder: Altair Guidi

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello – Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Sérgio Godinho
Romildo Titon
Joares Ponticelli
Vânio dos Santos
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Rogério Mendonça – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Narcizo Parisotto
Nelson Goetten
Jorginho Mello
Vânio dos Santos
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Francisco de Assis – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
José Carlos Vieira
Afrânio Boppré
Francisco Küster
Gelson Sorgato
Narcizo Parisotto
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori – Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Gelson Sorgato
Afrânio Boppré
Narcizo Parisotto
Francisco Küster
Gelson Merisio
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Afrânio Boppré – Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Sérgio Godinho
José Carlos Vieira
Paulo Eccel
Francisco Küster
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira – Dentinho – Presidente
Gelson Merisio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Francisco Küster
Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva – Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Manoel Mota
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merisio – Presidente
Paulo Eccel – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Genésio Goulart
Vânio dos Santos
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho – Presidente
Ana Paula Lima – Vice Presidente
Jorginho Mello
Nelson Goetten
Afrânio Boppré
Reno Caramori
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Odete de Jesus
Genésio Goulart
Ana Paula Lima
Dionei Walter da Silva
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ana Paula Lima – Presidente
Odete de Jesus – Vice
Francisco Küster
Cesar Souza
Simone Schramm
Reno Caramori
Francisco de Assis
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Romildo Titon – Presidente
Ana Paula Lima - Vice Presidente
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Celestino Secco
Odete de Jesus
Simone Schramm
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Antônio Carlos Vieira – Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Gelson Merisio
Romildo Titon
Vânio dos Santos
Clésio Salvaro
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro – Presidente
Francisco de Assis– Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira – Dentinho
Cesar Souza
Joares Ponticelli
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi
Terças-Feiras, às 18:00 horas

DEPARTAMENTO PARLAMENTAR	DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Divisão de Anais: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Diretor: Eder de Quadra Salgado</p> <p>Divisão de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Diretora: Lenita Wendhausen Cavallazzi</p> <p>Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Diretor: Claudir José Martins</p>	 <p>Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XII - NÚMERO 1703 1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS</p>	<p>Atos da Mesa Atos da Mesa2</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública.....3 Ata de Comissão Permanente.....14 Portarias15 Redações Finais.....16 Resolução16</p>

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 1160, de 13/09/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DESIGNAR **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, para exercer, em substituição, o cargo de Assessor de Relações Públicas, código PL/DASU-4, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **SÔNIA REGINA ARRUDA GONÇALVES**, a partir de 31/08/2005 (Gabinete da Presidência).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1161, de 13/09/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR **MARCIO MORAES COSTA**, matrícula nº 0635, da função de Chefia e Assistência Técnica, código PL/CAT, a partir de 01/09/05 (Gabinete do Deputado Genésio Goulart).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1162, de 13/09/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com a Resolução DP nº 040/92, c/c Resolução nº 037, de 26/01/98,

DESIGNAR **VANOIR GUAREZZI ZACARON**, matrícula nº 1394, para exercer a função de Chefia e Assistência Técnica - PL/CAT, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação a partir de 01/09/05 (Gabinete do Deputado Genésio Goulart).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

ATO DA MESA Nº 1163, de 13/09/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **SOLANGE B. R. B. GONÇALVES**, matrícula nº 2139, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 31/07/2005.

ATO DA MESA Nº 1164, de 13/09/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **GIANCARLO GIANNI BORTOLUZZI**, matrícula nº 2019, ocupante do cargo de Programador, código PL/ATM-8-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 20/08/2005.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE PARA DISCUTIR SOBRE AS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL - ARAUCÁRIAS (RPPN), REALIZADA NO DIA 19 DE AGOSTO DE 2005, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Newton Zomkowski) - Senhoras e senhores, boa-noite.

Nos termos do Regimento Interno, art. 162 e seguintes, do Poder Legislativo catarinense, damos início a esta audiência pública para tratar dos temas relacionados com as reservas particulares do patrimônio natural.

Para compor a mesa convidamos o Sr. Deputado Sérgio Godinho, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; o Sr. Sandro Luiz Favero, Prefeito Municipal de Ponte Serrada; o Vereador Airto Modanese, Presidente da Câmara Municipal de Ponte Serrada; o Sr. Sérgio Grandó, Diretor-Geral da Fatma, neste ato representando o Governador do Estado; o Sr. Moacir Sopelsa, Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural; o Sr. Gianpaolo Marchesini, Diretor do Meio Ambiente, neste ato representando o Secretário do Desenvolvimento Sustentável, Bráulio Barbosa.

Neste momento passamos a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Godinho, que irá presidir a presente audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Senhoras e senhores, boa-tarde.

Invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta audiência pública. É sempre uma satisfação vir a Ponte Serrada. Queria agradecer imensamente às pessoas que participam desta audiência e às ilustres autoridades já nominadas.

Gostaria de registrar a presença também dos Srs. Sidnei Pino Gomes, Germano Koltz, Olivio Cortelini, Alceu Alberto Wrubel, todos Vereadores de Ponte Serrada; do Sr. Domingos Santin, Vice-Prefeito Municipal de Ponte Serrada; do Vereador Anerino Jeremias, Presidente da Câmara Municipal de Urubici, a quem convido para fazer parte da mesa.

Estou quebrando o protocolo, mas ele veio de muito longe para representar o seu município, e lá também se enfrenta uma situação semelhante. (*Palmas.*) Em Urubici localiza-se o Parque Nacional de São Joaquim, citado em todas as audiências públicas como referência do descumprimento de alguns acordos do Governo Federal para com os proprietários.

Registro, ainda, a presença da Sra. Leandra Montovani, aqui representando a Associação Comercial e Industrial de Passos Maia; do Sargento Gelson Antônio Menoncim, representando a Polícia Ambiental da região de Chapecó; da Sra. Ana Verônica Cimardi, Diretora de Proteção dos Ecossistemas da Fatma; do Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Ponte Serrada, Sr. Natal Moraes; do nosso amigo Jaime César Bragagnolo, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ponte Serrada; do engenheiro agrônomo Tadeu de Menezes, Gerente de Desenvolvimento Florestal; do Dr. Nilton Schneider de Souza, engenheiro florestal, representando neste momento o Crea, a AEA de Lages e a Acaper de Curitiba; do Sr. Dario Rodrigues Neto, Presidente da Associação dos Produtores da Terra Mãe das Águas Nascentes Geladas do Parque Nacional de São Joaquim; do Sr. Pedro Furlan, monitor do Parque Nacional de São Joaquim; do Sr. Júlio do Prado, Coordenador da Fatma em Joaçaba.

Senhoras e senhores, esta reunião será bastante objetiva, bastante rápida, mas terá um fundamento muito importante, que é fazer com que o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa, apoiando os Prefeitos, os Vereadores e toda a comunidade, levem às autoridades federais aquilo que a maioria decidir, aquilo que a população decidir.

Em todas as audiências públicas que participamos, sentimos o anseio da população, e nas audiências públicas em Passos Maia, Abelardo Luz e Ponte Serrada, a mobilização da população fez com que o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa se engajassem cada vez mais em defesa dos interesses da população dessas regiões.

Queríamos aqui lamentar e só citar apenas, para que não haja nenhum propósito de algum posicionamento radical contra nenhum órgão, o ocorrido com o Sr. Alcides Tozzo, grande amigo nosso. Hoje meu gabinete enviou um ofício a todos os órgãos federais tentando mostrar, da nossa maneira, quem é o proprietário Alcides Tozzo, quem é essa pessoa e o valor que ela tem para toda a região na geração de empregos. Uma pessoa que é estabelecida, que tem endereço certo, que tem uma história pública aberta em toda Santa Catarina, principalmente nessa região. Creio que esse documento vai contribuir para que mostremos a outra parte, que é aquela parte que nós conhecemos.

Fizemos diversos contatos com a família dele, escolhemos em Florianópolis o maior advogado que há em assuntos ambientais e o colocamos à disposição da família. Hoje pela manhã, quando fiquei sabendo do ocorrido, falei com o irmão do seu Alcides e indicamos um advogado que foi promotor público estadual, um advogado de renome, para contribuir na elucidação e na defesa do Sr. Tozzo, se a família assim desejar.

Eu gostaria de fazer neste momento um pequeno histórico das RPPNs, apenas uma abertura, para não nos alongarmos muito. (*Passa a ler.*)

“Desde o antigo Código Florestal de 1964, já estava previsto o estabelecimento de áreas particulares protegidas no Brasil. Nessa época, essas áreas eram chamadas de florestas protetoras. Tais florestas permaneciam de posse e domínio do proprietário e eram inalienáveis. Em 1965 foi instituído um novo Código Florestal, e a categoria - florestas protetoras - desapareceu, mas ainda permaneceu a possibilidade de o proprietário de florestas não preservadas, nos termos desse novo código, gravá-la com perpetuidade. Isso consistia na assinatura de um termo perante a autoridade florestal e na averbação à margem da inscrição no registro público.

Em 1977, quando alguns proprietários procuraram o Ibama desejando transformar parte de seus imóveis em reservas particulares, foi editada a Portaria 327/67, do extinto IBDF, criando o Refúgio Particular de Animais Nativos, o Repan, que mais tarde foi substituída pela Portaria 217/88, que lhe deu o novo nome de Reservas Particulares de Fauna e Flora.

Com essa experiência, mostrou-se a necessidade de um mecanismo melhor, definido com uma regulamentação mais detalhada para as áreas protegidas privadas. Assim, em 1990 surgiu o Decreto nº 98.914, regulamentando que tipo de iniciativa, que em 1996 foi substituído pelo Decreto nº 1.922, sendo que em 2000, com a nova lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), as RPPNs passaram a ser consideradas unidades de conservação integrantes do grupo do uso sustentável.

As RPPNs são importantes para a conservação porque contribuem para uma rápida ampliação das áreas protegidas do País; apresentam índices altamente positivos na relação custo/benefício; são facilmente criadas; possibilitam participação da iniciativa privada no esforço nacional de conservação e contribuem para a proteção da biodiversidade dos biomas brasileiros.

Entre os benefícios assegurados com a criação das RPPNs estão: direito à propriedade preservado; isenção do imposto sobre a propriedade territorial, rural e TR, referente à área criada como RPPN; prioridade na análise dos projetos pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA; preferência na análise de pedido de concessão de crédito agrícola junto às instituições oficiais de crédito para projetos a serem implementados em propriedades que contiverem RPPN em seus perímetros; possibilidade de cooperação com entidades privadas e públicas na proteção, gestão e manejo da RPPN.

Devido a esses benefícios na criação da RPPN, enviamos, tão logo houve a audiência pública aqui, um ofício da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa à Sra. Ministra com o seguinte conteúdo: (*Passa a ler.*)

“Sra. Ministra,

A implantação de áreas protegidas é a maneira mais eficaz de se conservar os ecossistemas naturais, além dos valores culturais da humanidade, sendo adotados por quase todos os países do mundo.

As Áreas Particulares Protegidas (APPs) vêm dar um significativo impulso às iniciativas de conservação do País, especialmente porque grande parte dos remanescentes de vegetação está em propriedades privadas.

No Brasil, o estabelecimento...

Gostaria de convidar para fazer parte da mesa o Sr. Osmar Tozzo, Prefeito Municipal de Passos Maia, e o Vereador Josemar Anselmo Peroza, Presidente da Câmara Municipal de Passos Maia. (*Palmas.*)

Gostaria de citar a presença do Sr. Gecir Sutil, Vereador de Passos Maia.

Então, senhoras e senhores, retomando aos trabalhos, estamos aqui lendo um ofício da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc que enviamos à Sra. Ministra. (*Continua lendo.*)

“A implantação de áreas protegidas é a maneira mais eficaz de se conservar os ecossistemas naturais, além dos valores culturais da humanidade, sendo adotadas por quase todos os países do mundo.

As Áreas Particulares Protegidas vêm dar um significativo impulso nas iniciativas de conservação do País, especialmente porque grande parte dos remanescentes de vegetação está em propriedades privadas.

No Brasil, um estabelecimento de áreas particulares protegidas já era previsto na legislação desde o primeiro Código Florestal (Decreto nº 23.793) de janeiro de 1934, na figura da Floresta Protetora.

As Florestas Protetoras permaneciam na posse e domínio do proprietário, e eram inalienáveis, sendo consideradas de conservação perene.

Posteriormente, a instituição do novo Código Florestal, através da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, extinguiu a categoria de Floresta Protetora, porém manteve o gravame de áreas particulares protegidas por perpetuidade.

Outras iniciativas neste sentido se seguiram, com os Refúgios Particulares de Animais Nativos e as Reservas Particulares de Fauna e Flora.

No entanto, apenas em 1990 surgiu um mecanismo mais claro e uma regulamentação específica para essas áreas com a instituição das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, através do Decreto nº 98.914, de 1990, substituído, em 1996, pelo Decreto nº 1.922.

As RPPNs existem assim desde 1990, através de um programa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

Por definição, a RPPN é uma categoria de unidade de conservação instituída em áreas de domínio privado por iniciativa de seu proprietário e mediante o reconhecimento do Poder Público.

Segundo a lei, é assegurada a conservação da área por perpetuidade, gravada em cartório, sem acarretar perda do direito de propriedade por parte do proprietário, nem causar ônus para o Governo com a desapropriação de terras para sua criação.

Essa categoria veio consolidar a participação do cidadão e da iniciativa privada na conservação do meio ambiente, como previsto na Constituição Brasileira de 1988.

As RPPNs, embora sofram as mesmas restrições de uso aplicadas às unidades de conservação de proteção integral, não são consideradas como tal dentro da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que cria o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

De acordo com a referida lei, a RPPN é uma unidade de conservação do grupo de uso sustentável.

O texto que trata das RPPNs está no artigo 21 do SNUC, transcrito abaixo:

Art. 21 - A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada em perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

§ 1º - O gravame que trata este artigo constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis."

Este ofício se estende relatando todos os benefícios que propõe e reitera o seguinte: *(Continua lendo.)*

"Que este Ministério do Meio Ambiente acate as reivindicações desses proprietários e da comunidade do entorno dessas áreas e busque, através da materialização de força-tarefa, composta por técnicos e representantes dos municípios envolvidos, Governo do Estado de Santa Catarina e Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente e Ibama), efetivar os trabalhos necessários à criação de RPPNs que protejam aqueles remanescentes de araucárias no Estado de Santa Catarina".

Este ofício foi mandado à Ministra assim que terminou a audiência pública, no mês de julho, nesta localidade.

Depois desse breve relato, gostaria de passar a palavra ao nosso Prefeito, para que faça as suas considerações, adiantando que o objetivo desta reunião é dar continuidade a uma força política regional, diria assim, dos municípios envolvidos nesse problema, para que possamos ter forças para conquistas. Esse é o objetivo.

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente provocou essa reunião, juntamente com o Governo do Estado e a Fatma, para que possamos unir forças e ter essas forças respeitadas em leis, respeitadas pelos Ministérios, a partir, repito, da vontade popular.

Com a palavra, então, o Prefeito Municipal de Ponte Serrada.

O SR. PREFEITO SANDRO LUIZ FAVERO - Gostaria de cumprimentar o Deputado Sérgio Godinho, a quem agradeço pelo seu empenho pessoal em nos dar suporte para que possamos encaminhar da melhor maneira possível a atual situação que os Municípios de Ponte Serrada, Passos Maia e Abelardo Luz vêm enfrentando em relação à criação das unidades de conservação. O assunto hoje não é especificamente a criação das unidades, e sim uma alternativa, que são as RPPNs.

Então, gostaria de agradecer imensamente a sua dedicação e a da sua equipe, através do João. Agradeço a presença da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina aqui em nosso município, vindo abordar esse tema com a comunidade, que aqui está muito bem representada.

Gostaria de cumprimentar o Sérgio Grando, que representa a Fatma; o Deputado Moacir Sopelsa, Secretário de Estado da Agricultura; o Júlio, que representa Fatma de Joaçaba; o Vereador de Urubici; o Prefeito Municipal de Passos Maia, Osmar Tozzo; os Presidentes das Câmaras Municipais Airto Modanese e Josemar Peroza; os demais Vereadores; o Vice-Prefeito Domingos Santin; os empresários de Ponte Serrada, Passos Maia e de outros municípios que nos visitam; enfim, todos que estão aqui para discutir esse assunto que acredito ser de grande relevância.

Já foi explanado aqui pelo Deputado o significado de RPPN e quão importante ela é àquele que resolver implantá-la na sua propriedade, e gostaria de relatar a audiência que tivemos na semana passada em Brasília no Ministério do Meio Ambiente sobre o Parque Nacional das Araucárias. Nessa audiência houve muitos questionamentos e grandes discussões no sentido de se buscar soluções que atendessem aos pedidos dos proprietários, com os quais já havíamos discutido o assunto anteriormente, depois das reuniões realizadas em Passos Maia e Ponte Serrada.

Infelizmente, nem todos os pedidos foram aceitos. Tivemos algum avanço, o Parque foi redimensionado...

Gostaria de quebrar o protocolo neste momento e convidar o Prefeito de Vargeão, Valdemar Lorenzetti, para fazer parte da mesa. *(Palmas.)*

Então, conseguimos algum avanço quanto a redimensionar o Parque das Araucárias. Tivemos vários pleitos atendidos - da Celulose Irani, do Adami, do Dr. Edmir, que está aqui, do Marcon, do Luiz Sepi(?), da Madeireira Tupi - mas o pleito principal, o do Sr. Alcides Tozzo, infelizmente o Ministério do Meio Ambiente foi totalmente radical e não o atendeu.

Nós buscamos e estamos buscando de todas as formas intervir no processo para a suspensão da criação das Unidades de Conservação. Há Deputados que estão trabalhando em nível federal através de decreto legislativo para suspender as Portarias 507 e 508, que desencadearam esse processo. Estamos trabalhando politicamente nesse sentido com o apoio do Deputado Sérgio Godinho, bem como dos Deputados Gelson Sorgato e Reno Caramori, que justificaram sua ausência devido a outros compromissos assumidos.

Estamos trabalhando politicamente em conjunto com Abelardo Luz, Ponte Serrada, Passos Maia e com municípios do Paraná para que o Governo reveja a situação que ele criou.

Em relação à estação ecológica de Abelardo Luz, parece-nos que todos os pleitos foram atendidos. Lá não se criará mais a estação ecológica, serão criadas RPPNs pelos proprietários. Na região do Paraná também está evoluindo nesse sentido. Aqui, também alguns pleitos da Celulose Irani, do Adami, do Luis quanto à RPPN foram atendidos. Agora, o excelente projeto encaminhado ao Ministério para transformar o Parque das Araucárias, que seria criado pelo proprietário através do manejo sustentável da araucária; infelizmente não foi acatado. Nós entendemos que essa é a grande alternativa para não prejudicar os Municípios de Passos Maia e Ponte Serrada e o proprietário, para não criar uma situação como a do Parque de São Joaquim.

O proprietário tem ali um milhão de araucárias e se propõe, até pelo tempo de vida da araucária, quando extrair uma, a plantar mais quatro no lugar, e a trabalhar nesse manejo. E que isso seja totalmente fiscalizado pelos órgãos ambientais.

Infelizmente, a resistência é grande e não conseguimos avançar; então foi redimensionado o Parque, e aí passamos a discutir a questão da indenização. Já que será criado o Parque, que se indenize previamente, e no valor justo da propriedade.

De repente, é por isso que aconteceu esse incidente com o seu Alcides Tozzo, a quem somos solidário. De repente, esse incidente foi organizado, arquitetado para fazer uma troca de favores: favoreceria o Ministério do Meio Ambiente, e a indenização, quem sabe, sairia da multa.

Infelizmente, algumas pessoas agem em surdina e invadem a vida de uma família, a vida de uma pessoa honesta como é o seu Alcides Tozzo, um homem que trabalhou e trabalha em prol da preservação, dando sustentabilidade econômica para um município, em torno de 30% da sua arrecadação. E nós vamos nos engajar na defesa disso, juntamente com o Prefeito de Passos Maia.

Enfim, tivemos avanços, mas a questão não pára por aí. Cabe aos proprietários, às empresas que detêm o reflorestamento...

(O Deputado Sérgio Godinho manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Não, quanto à indenização, eles disseram que iam mandar um perito para ver quanto vale a terra aqui no nosso município. E sem a indenização das árvores. Foi dito que árvore plantada deveria ser indenizada, e parece-me que houve uma abertura nesse sentido.

Além do que já frisou aqui o Deputado Sérgio Godinho, a vantagem que a RPPN tem é que ela continua a ser do proprietário. Além disso, o Ministério do Meio Ambiente - e aí não se entende certas coisas - tem financiamento para os proprietários que desejem criar RPPN, porque ela evita a desapropriação e a indenização, não há custos para o Governo.

Obviamente que os órgãos ambientais (e aqui há pessoas mais entendidas do que eu na questão ambiental) vão poder fazer a fiscalização rigorosa das áreas, que serão cuidadas pelo proprietário. E tem que haver gastos com o pessoal que vai cuidar delas, tem que haver preocupação dos órgãos em relação ao desmatamento, com a fiscalização sendo feita a qualquer hora.

Enfim, a RPPN é uma grande solução, além do que o proprietário vai se beneficiar dos créditos de carbono, através do Tratado de Kyoto. As áreas de reflorestamento hoje são uma renda no futuro, e se for desapropriado aqui, quem vai usufruir disso é o nosso Governo Federal. E aí vem Sacolão, Mensalão... Deram-me um envelope aqui e eu procurei entregá-lo para o Secretário, senão iam dizer que era a minha mesada, Prefeito!

Temos que bater na tecla dos RPPNs, mas estudando criteriosamente a legislação para a sua criação, Deputado, que é rigorosa. O proprietário tem que se informar bem.

Acreditamos que é uma solução eficaz. Para o Governo, é uma questão de custo-benefício. E vamos continuar nossa luta em relação ao meio ambiente. Faz praticamente quatro meses que estamos discutindo isso e empenhando-nos em achar uma alternativa que não traga prejuízo nem social nem econômico para os nossos municípios.

Os estudos que o Ministério do Meio Ambiente diz que realizou, ele não realizou nenhum. Se a empresa hoje ... *(falha na gravação)* aquelas famílias, infelizmente não sei qual vai ser o rumo que o Ministério vai dar.

Mas não quero me alongar, vou deixar essa discussão em aberto e desejar boas-vindas a todos.

O nosso município estará sempre à disposição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina nesse setor, hoje é tão importante para nós. E aqui temos realmente as pessoas envolvidas nas questões ambientais, entre empresários e órgãos, para discutir as alternativas.

Como o senhor bem falou, temos que procurar o desenvolvimento sustentável, mas sem o prejuízo econômico dos empresários, dos proprietários e dos municípios. Por isso temos que caminhar juntos, dialogar, sem imposição por parte de nenhum órgão.

Acredito que todo mundo é a favor do diálogo, é a favor da preservação do meio ambiente, para que nossos filhos, netos e outras gerações possam dele usufruir.

Portanto, temos que rever muitas questões, como imposição, multa, autoritarismo, as quais devemos eliminar, porque aí, sim, estaremos construindo um excelente futuro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o Sr. Osmar Tozzo, Prefeito de Passos Maia.

O SR. PREFEITO OSMAR TOZZO - Quero cumprimentar o Deputado Sérgio Godinho, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, e parabenizá-lo pela indicação de fazer este evento na Comarca de Ponte Serrada. Também cumprimento o Sr. Sérgio Grandó, Diretor-Geral da Fatma; o Deputado Moacir Sopelsa, Secretário Estadual da Agricultura; o Sr. Sandro Luiz Fávero, Prefeito de Ponte Serrada; o Sr. Valdemar Lorenzetti, Prefeito de Vargeão; a autoridades presentes já foram nominadas; os empresários e municípios de Ponte Serrada, de Passos Maia, da nossa região; os Vereadores e lideranças que estão acompanhando este evento importantíssimo aqui em nossa Comarca, descentralizado da Assembleia Legislativa.

Avalizando as palavras do Prefeito que me antecedeu, gostaria de apresentar toda a trajetória das audiências desde o início do ano, das quais os senhores e as senhoras têm participado.

Assumi o meu mandato envolvendo a questão da criação de reservas de proteção ambiental nas regiões de Ponte Serrada, Passos Maia e Abelardo Luz, e acho este debate importantíssimo, principalmente para nós, um debate mais acentuado em cima da RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural -, que até pouco meses atrás, não é, Sandra, era uma palavra estranha, mas agora todos se familiarizaram com ela, depois de toda essa discussão.

Gostaria de colocar para a Assembleia Legislativa a importância deste encontro para tentarmos encontrar soluções para resolver o problema da maneira mais inteligente possível. Nós, Prefeitos, lideranças, nunca nos colocamos contra a preservação do meio ambiente, muito menos as pessoas envolvidas com a área do Parque Nacional das Araucárias, como também com a Reserva da Mata Preta. Esse aglomerado de florestas existe porque essas pessoas as preservaram.

Então, nós, lideranças, estamos querendo achar uma forma de ajudar que seja economicamente viável. Colocamos na reunião que fizemos, não é, Sérgio, a nossa preocupação com a economia local, com o social, com a preservação do meio ambiente, mas o que vai ser a partir da hora em que se cria a reserva? O que vai acontecer com a nossa receita, com a nossa economia local? Que benefício o município vai ter com isso, além, claro...

Da questão ambiental não podemos falar porque as florestas estão preservadas, e de maneira inteligente. Quero acrescentar que quem trabalha com negócio, tem que ampliar o seu negócio. Se ele trabalha com pinus, vai ampliar o pinus porque a economia da empresa é que vai manter a indústria e seus funcionários. Se se trabalha com araucária e ela pode ser manejada, a mesma coisa. Eu já falei para o pessoal do meio ambiente que a extinção da araucária está na proibição do seu corte *(Palmas.)* A extinção da araucária vai se efetivar a partir da proibição do seu corte, porque qualquer produto que não tiver valor econômico vai se extinguir.

Por que o pinus se alastrou? Porque ele tem valor econômico. A araucária tem semente, e pode ser feito planejadamente através dos engenheiros florestais com cuidado... As empresas podem ser monitoradas, com Conselhos Municipais do Meio Ambiente, juntamente com órgãos estaduais e federais, de maneira que não prejudiquem o meio ambiente. A legislação atual já protege também. Sabemos da devastação nas vertentes de água, nas barrancas de rios, nos topos do morro, por isso temos que ter uma política governamental de recuperação dessas áreas degradadas com araucária, com imbuia, com canela e tudo mais.

Então, voltando à economia local, preocupa-nos muito como Prefeito a questão do Parque, haja vista os exemplos de parques que não foram bem sucedidos, que estão na Justiça porque os proprietários não receberam, que o Governo não assumiu e não tomou posse. Em contrapartida, as pessoas vão grilar a mata, vão destruir. Pior do que se estivesse na mão da iniciativa privada.

Portanto, essa é a preocupação da administração do Parque e do setor econômico-social, porque vai envolver - e já envolveu - a região. Nós sentimos os efeitos negativos desde o princípio, quando se falou na reserva e na questão da APA - Área de Proteção Ambiental. Isso assustou muito o setor produtivo.

Devemos pensar no meio ambiente. Nós estamos preocupados, e todos os Prefeitos têm ações ambientais. Na Semana do Meio Ambiente, muitos programas foram feitos em relação ao destino de dejetos e do lixo, ao plantio de árvores, enfim, nós temos que cuidar do meio ambiente, mas também temos que pensar na população, na pessoa humana, na sobrevivência, na parte social.

Era isso que queríamos acrescentar.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o Sr. Gianpaolo Marchesine, Diretor do Meio Ambiente, neste ato representando o Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, Bráulio Barbosa.

O SR. GIANPAOLO MARCHESINE - Boa-noite a todos. Cumprimentando o Deputado Sérgio Godinho, cumprimento todas as autoridades da mesa.

Antes de qualquer coisa, gostaria de lembrar que Santa Catarina tem a sua lei do Sistema Estadual de Unidade de Conservação. O SNUC é o sistema nacional, e em Santa Catarina a Lei nº 11.986, de 12 de novembro de 2001, dá ao Estado o dispositivo legal para a criação das RPPNs.

Quería parabenizar a Assembleia e a Comissão de Turismo e Meio Ambiente pela iniciativa de discutir esse tema. Se todos os proprietários de terra em Santa Catarina e no Brasil promovessem a preservação de parte de sua área criando RPPNs, ficaria bem melhor a nossa situação quanto à preservação de recursos naturais. Assim, a Fatma e o Ibama não teriam tanto trabalho de criar unidade de conservação; o problema estaria resolvido com a própria população preservando suas áreas.

Eu não vou me alongar muito, só queria colocar essas questões e parabenizar a todos.

Achei interessante o que disse o nosso Prefeito de Ponte Serrada, que praticamente toda a área que seria a Estação Ecológica Mata Preta, em Abelardo Luz, será transformada em RPPN. Essa notícia que o Prefeito nos deu é bem interessante, é um avanço.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - O outro objetivo desta audiência pública é criar espaço político para materializar toda aquela ação da população. Eu citei, mas não citei dessa maneira, quer dizer: a partir das audiências públicas e desses debates, dessas realizações, conseguimos materializar, a exemplo de muitas conquistas trabalhistas, de muitas conquistas de categorias, que a partir da reunião paulatina vamos conquistando espaços, vamos ganhando espaços da nossa maneira, como queremos, então é uma representação democrática.

Com a palavra o Sr. Sérgio Grandó, Presidente da Fatma.

O SR. SÉRGIO GRANDÓ - Boa-noite. Desejando muita saúde e felicidade a todos, quero dizer que estamos acompanhando esse processo e hoje estamos aqui representando o Governo do Estado, o Governador Luiz Henrique. O nosso Governo é um governo de descentralização. Isso implica, primeiro, para descentralizar, ter a solidariedade, a fraternidade, a transparência e a honestidade.

Obviamente que o nosso Governo Federal tem, dentro da sua forma do pacto federativo, o papel do Governo Federal, o papel do Governo Estadual e o respeito ao nosso município, ao Poder local, que é o objetivo final da descentralização, por isso estão aqui os Prefeitos, os Vereadores e a comunidade.

Temos a opinião formada e decidida no que for decidido com a comunidade e com as Prefeituras. O Governador sempre colocou isso e queremos também colocar de uma forma clara também. Por quê? Porque queremos a democracia ambiental. E aqui foi dito do trabalho das audiências públicas, através do Poder Legislativo, seja no avanço das negociações públicas, seja no avanço da luta pelo reconhecimento do trabalho, dos direitos humanos, também há todo um trabalho nessa nova fase da questão ambiental, que é um novo assunto que se discute.

Fico feliz porque pela primeira vez está sendo discutida a questão ambiental em Santa Catarina em forma de igualdade. Os mineradores, lá do Sul, começaram a discutir através de várias audiências públicas e chegaram numa solução conjunta, através de um TAC - Termo de Ajuste de Conduta -, de como poderia ser extraído o carvão de forma sustentável, e é isso que nós queremos. Da mesma forma, uma lagoa, chamada Lagoa do Sombrio, que tinha, com a questão de água doce, problemas dos arrozeiros, uma área conflitante, como resolvemos? Através de várias discussões. Chegamos a uma conclusão e resolvemos. E vindo para o Norte, onde se instalaram indústrias, produziram impactos, estamos criando unidades de conservação de forma sustentável e com licenciamento. Vimos aqui na Serra para discutir as questões dos aterros sanitários, e hoje podemos dizer que os 293 municípios de Santa Catarina, todos eles, estão dando um destino correto ao lixo domiciliar.

Então, temos uma gama de pessoas que estão discutindo sobre as questões dos parques, áreas de conservação, seja através do ajuste de conduta da suinocultura, da maçã ou do arroz. Imaginem quantas pessoas começaram a entender, como o nosso companheiro aqui colocou, palavras novas, como RPPN, que até pouco tempo ninguém sabia; começou-se a discutir termos de ajuste de conduta; começou-se a adquirir uma consciência crítica da questão ambiental. Não vai ser mais de cima para baixo que as coisas serão feitas, mas, sim, como foi dito aqui, que todos nós, mais do que ninguém, que estudamos, temos consciência, não conhecemos mais a terra do que o agricultor, que conhece sua terra passo a passo, a sua nascente; ele sabe da importância de preservar, bem orientado.

Hoje não se discute mais a questão da reserva legal. Há um aceite. Está (*ininteligível*) o quanto é importante para valorizar as suas terras; o que significa água para produzir alimentos e como utilizá-la bem sem poluir com agrotóxicos - também foi feita uma série de reuniões para discutir pelo Estado a questão dos agrotóxicos. Então, tudo isso nos leva para uma consciência maior, daí o porquê de estarmos aqui, como órgão ambiental estadual, ouvindo a comunidade. Encaminhamos uma solução prevista dentro do Sistema Nacional, que a RPPN da Mata Preta e Abelardo Luz consensuaram, chegaram a uma conclusão magnífica.

Eu aí quero dizer uma coisa aos senhores: nós temos que confiar nas pessoas. Se nós não confiarmos nas pessoas, vamos confiar em quem? Então, temos que ter isso da democracia, que eu falo. Porque é muito fácil a pessoa falar: "Não, não dá para confiar nas pessoas. Vamos exigir isso". Não é verdade! Temos que confiar nas pessoas. Se um empresário, um proprietário, uma pessoa, uma universidade ou uma empresa quer fazer RPPN, eu tenho que confiar! Porque eu confio no ecologista. Quando ele quer fazer uma RPPN nas suas terras, eu aceito. Ora, nele eu confio, nesse outro não, qual é o meu critério? Tenho que aprender a confiar nas pessoas, criar mecanismos e fazer fiscalização.

O que me entristece, se resolveram, posso dizer em grande parte, a questão de Abelardo Luz, que aqui, pelo amor de Deus, todos são a favor da unidade de conservação... Vamos aproveitar essa área que essas pessoas conservaram durante muitos e muitos anos. Se essa área existe e nós queremos transformar, temos que, primeiro, reconhecer aqueles que guardaram essa área. É isso que temos que fazer. (*Palmas.*) O que acontece? Se essa área não tivesse sido guardada, se tivesse sido degradada, não estaríamos aqui para discutir isso. Então, temos que respeitar. Que não deixem os Deputados, através de um decreto-legislativo, suspenderem as unidades de conservação. Não façam isso, porque isso poderá levar a consequências piores.

Então, vamos com calma! Vamos discutir com profundidade como amarrar bem essa RPPN, se for consenso. Parece que os outros proprietários consensuaram. O seu Alcides, que é o proprietário maior, recuou, não aceitou bem, mas vamos conversando, vamos chegando num resultado final, porque aí todos podem ganhar.

Quanto à fiscalização, também temos o nosso Sistema Estadual de Unidades de Conservação, que prevê a RPPN. Também podemos fazer, não precisa vir lá de cima. Os próprios proprietários podem, eles mesmos, fazer a RPPN, independentemente da questão que venha.

Mas por que estamos querendo essas áreas de conservação? Notem bem, meus amigos, essas áreas de conservação têm uma profundidade muito científica. Talvez muitos só entendam a questão da terra e a questão econômica, não analisam a questão científica. Faço uma pergunta: o que aconteceria se um estudante, um aluno nosso, soubesse tanto quanto o professor? O que aconteceria? Seria triste se um aluno soubesse tanto quanto o professor. Seria triste, seria ruim. O aluno sempre vai saber mais do que o professor. Então, todo professor já tem que saber que o aluno vai saber mais do que ele, porque senão não haveria evolução. Só há evolução quando o aluno rompe essa barreira e passa a saber mais do que o seu mestre. Por isso que o mundo está melhorando. Cada geração que vem sabe mais e para isso está buscando, muitas vezes, conhecimento do passado, que não lhe foi dado. E isso que estamos vivendo.

Então, estou tranquilo. Sou professor há 35 anos e fico feliz porque os meus alunos sabem mais do que eu. Mas fiquem tranquilos que os filhos de vocês irão saber mais do que vocês. Falo assim porque o Prefeito aqui foi nosso aluno, e fico contente que ele esteja dentro dessa discussão, o que está fazendo com muita sapiência.

Então, pergunto o seguinte: por que queremos preservar essas áreas, ou de uma forma ou de outra? Estou com a ciência. Eu quero a ciência, que é mais importante. Isso é que me preocupa: ou de uma forma ou de outra. Façam aquela que preserva mais; façam aquela na qual a comunidade participe. Vocês é que vão decidir. Nós, homens políticos, temos também que saber escutar. Temos duas orelhas e uma boca.

O problema está na questão genética. Essas espécies de araucárias ainda protegidas poderão nos dar uma semente (*inaudível*) ser aproveitada no replantio. Nós estamos com uma política dentro da Fatma. Já falamos com o Governador, que tem dito que a questão da araucária não se trata com a polícia, trata-se com incentivo. Estamos com os bancos de desenvolvimento, no caso, o BRDE, o Badesc, financiamento de vinte anos com quinze de carência, porque aos dez ou onze anos começa a dar o fruto. É o único fruto do mundo que não tem agrotóxico, que dá desse tamanho em araucária. Se nós tivermos dez mil contêineres, exportaremos todos; mais tarde, depois do vigésimo ano, poderemos utilizar a madeira; vamos pedir, para quem plantar, quando estiver pronto, cortar oitenta e deixar vinte de reserva legal para perpetuar a espécie.

Alguém aqui falou uma frase, talvez sem muito conhecimento, mas não deixa de ter razão. Como eu posso pegar um carro, viajar de Florianópolis até São Miguel, olhar para os lados da estrada (e eu desafio) e não ver nenhuma araucária pequena, só grande? Por quê? Ela já nasce grande? Se eles estão cortando na beira da estrada, onde todo mundo passa, imaginem no interior! Porque não temos uma política de incentivo! Mas, para isso, agora temos que trocar essa roda com o carro andando. Eu preciso preservar as espécies, a genética, a boa genética. E onde tem essa pesquisa? Tem lá na Estação Ecológica Mata Preta, na questão de Abelardo Luz; tem aqui em Passos Maia e Ponte Serrada, cujos proprietários são poucos.

Vejam bem, houve avanço, sim! Foi permitido! Ia ter uma pequena hidrelétrica, então vamos tirar fora. Aqui tinha um reflorestamento, vamos tirar fora. Foi feito, foi cedido. Então, agora é o momento realmente de pensarmos numa coisa mais científica. Por quê? Porque na prática, meus senhores, o Governo - e aí não é só culpa nossa, não é só culpa do País, outros países estão mais organizados, mas, realmente, o exemplo que nós tivemos do Parque de São Joaquim... Por isso que as pessoas estão aqui e vamos ter uma audiência pública no dia 29. Em 1961 foi formado o Parque de São Joaquim. A maioria daqueles proprietários até já morreu. E quem vai fazer o inventário para indenizar? Quantos são os filhos, os netos dos proprietários? Imaginem como vai ser isso! Eu ouvi os proprietários dizerem que se houver uma garantia de indenização, se for pago no ano que vem, não tem problema nenhum. "Paguem o que é correto e nós aceitamos". Mas quem dá essa garantia? Daí tem que fazer inventário e não sei mais o quê, muda o Governo, acontece alguma coisa na economia, uma importante (*ininteligível*) e vai prorrogando. E mais do que isso, que me é dolorido como responsável pela questão ambiental: foram feitas na Bacia do Rio Uruguai várias usinas hidrelétricas. E a lei é clara: as medidas de compensação pelos impactos produzidos podem formar novos parques, mas, essencialmente, se tiver parque, que ainda não foi formado, não foi indenizado, aquele recurso daquela bacia hidrográfica tem que ser pelo segundo item, a prioridade é aplicar no parque daquela bacia hidrográfica. Então, não tenham dúvida de que o Parque de São Joaquim poderá ter e teria recursos agora por causa de Barra Grande, Machadinho e tantos outros, para indenizar aquelas pessoas. Não! Houve alguém, por ordem ministerial, que pegou o recurso de uma bacia e jogou para cá. Isso, um dia, alguém vai ter que explicar.

Então, olhem o que está acontecendo: tentaram criar um gasto público quando poderiam, talvez, ter o mesmo objetivo e economizar esse sagrado dinheiro público da saúde, da educação, da própria preservação do meio ambiente em áreas de maior risco ainda e aqui construímos algo coletivo, comunitário, que também é público. E é essa a consciência que o cidadão tem que adquirir no dia-a-dia; é essa consciência ecológica que está aumentando em Santa Catarina. Porque aqui foi colocado, com toda simplicidade, que tem vantagem, sim, a RPPN é uma política, vale a pena. E tenho certeza de que os proprietários, no dia em que souberem, vão conhecer e vão fazer.

Então, nós estamos aqui, primeiro, cobrando o encaminhamento. É nosso dever. Por isso, quero parabenizar o Deputado Sérgio Godinho - aliás, desculpem-me, não saudei a mesa. Nós encaminhamos que cada Prefeitura faria uma comissão: o Ministério do Meio Ambiente democraticamente aceitou, esteve aqui representado pelo Mercadante; foram em Brasília levar a proposta e o próprio Prefeito, em seu relato, disse que avançou em alguns pontos e em outros não. E nós estamos aqui para depois não dizerem que não ajudamos. Estamos aqui à disposição, pelo Governo do Estado, pelo órgão ambiental, pela Assembleia Legislativa e aqui estão os representantes, o Gianpaolo, o nosso amigo Sopelsa, que tem uma responsabilidade muito grande, para ajudar a encontrar uma solução melhor para todos.

É dessa maneira que nós pensamos. E o restante os senhores sabem muito mais do que nós. Estão levando essa luta com toda a tranquilidade, a comunidade está sabendo e vamos chegar num resultado final. Vamos ter tempo para isso. É dessa forma que se trabalha a questão democrática e a questão ambiental.

O ar que respiramos, a água que bebemos... Alguns iluminados podem até entender mais da questão técnica ambiental, mas todos nós temos o dever, e vocês sabem da importância, conhecem a questão ambiental. Não é por acaso que os nossos antepassados vieram para esta região. Eles sabiam que tinha que ter um lençol freático rente à superfície para poderem produzir alimentos, porque só temos alimentos se tivermos água. Vamos cuidar das nossas águas, das nossas nascentes, aí vamos ter alimentos, vamos ter avanços, e é isso que queremos.

Então, esse é o nosso posicionamento, que é claro e tranquilo. Continuaremos trabalhando e nos colocando à disposição para a melhor solução, a que for necessária. Mas, lembrem-se: essas reservas estão sendo criadas porque há um interesse, antes de tudo, científico. Por que científico? Por que tem que esperar a araucária ficar velha? Bom, mas ela vai morrer e eu tenho que cortá-la. É isso que nós temos que tirar. O ser humano fazia uma rede com espaços maiores para que os peixes pequenos passassem, pegava só peixe grande, o adulto, que já ia morrer, e achava que com isso estava protegendo a espécie. Ao contrário, viram depois de cinquenta ou cem anos que a espécie estava modificando, porque a reprodução era somente entre os pequenos, que precisavam ter a espécie maior para a parte genética se desenvolver mais. Quer dizer, a ciência começa a mudar de conceito e nós precisamos também dessas araucárias mais antigas, mais velhas.

Então, o manejo não é uma coisa assim tão simples, não, que eu vou tirar uma árvore e plantar outra. Eu preciso pela questão genética. Nós, como órgão ambiental, científico, é que nos preocupamos com isso. Além de tudo, também é preciso discutir uma política para a questão da araucária. Até o aproveitamento da grimpá. Se nós prensarmos lá na comunidade com uma prensa simples, eu posso fazer um tijolo com grande poder de exportação, com ganho para a comunidade mais humilde e simples, porque, vocês sabem, lá na Europa ninguém queima lenha nativa. Ou queima lá um briquete de carvão, de serragem ou de madeira. Por que não podem levar o nosso briquete feito com a grimpá, que queima que é uma beleza e dá para exportar? Então, dá para agregar valor além do fruto, da madeira, dos animais que vivem daquele fruto, da água que ela protege, não tem agrotóxico. Nós podemos reativar, fazer política de incentivo, e para isso tem pesquisadores - está aqui o nosso amigo Sopelsa, que não entende só de suinocultura, não. Há poucos dias deu uma aula para aquele colegiado de suinocultura, mas sabe que a Epagri tem o maior centro de pesquisa aqui em Lages na questão de clonagem, na questão genética, na questão das árvores nativas. Por que nós não temos uma política para incentivar o plantio da bracinga? Do pinus nós temos, tem até banco que financia, sabemos tudo. Agora, da bracinga, não! Nada contra o pinus. Por que não temos uma política para incentivar o plantio da araucária? Nós vamos ter, se Deus quiser! Estamos lá na Fatma para isso. Se nós não fizermos, posso dizer que fracassamos na Fatma. Mas nós não vamos, vamos levar isso adiante. Esse é o nosso compromisso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Passo a palavra agora ao nosso amigo Secretário da Agricultura, Dr. Sopelsa.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO MOACIR SOPELSA - Eu queria cumprimentar o Deputado Sérgio Godinho, meu amigo, colega de Assembleia Legislativa; o representante do Governador, professor Sérgio Grando, Presidente da Fatma; o Prefeito Favero, bem como todos os demais Prefeitos e Vereadores aqui presentes.

Falar depois do professor Sérgio Grando é difícil. Eu sei do conhecimento que ele tem, sei da defesa que faz ao meio ambiente, que também faço, mas de vez em quando contesto alguma coisa. O Grando fala com uma propriedade imensa, é verdade.

Eu estive na Espanha há poucos dias e vi o desmatamento, um calor de 46 graus, uma seca de três meses. Não tem mais nada! Então, nós temos que ter essa consciência de preservar, de não poluir. Agora, as coisas precisam nem ser um extremo lá nem um extremo aqui.

Eu falava aqui com o Gianpaolo (peço a tua ajuda, Grando) que a nossa lei ambiental foi votada na Constituição de 1989 e regulamentada há poucos anos. Eu queria dizer a vocês o seguinte, com todo o respeito que tenho: a lei ambiental, quando foi posta na nossa Constituição, não fez aquilo que se está fazendo hoje aqui. Se tivéssemos feito, não teríamos os problemas que temos. E quando se diz: nós vamos preservar a araucária, eu acho que sim, que temos que preservar, mas aqueles que guardaram, que preservaram, não podem entregar hoje de graça. (Palmas.) Tem muita gente que guardou isso como uma poupança. "Olha, eu vou deixar os meus pinheiros. Quando ficar velho, vou tirar um por semana, um por mês, um por ano e vou ter a minha aposentadoria". (Inaudível) para o Poder Público nós vamos pagar. Então, nós vamos indenizar, mas temos pouca moral para dizer que vamos indenizar, porque muitas das indenizações ainda não aconteceram. E aqui foi dito há pouco: depois que a pessoa morreu não adianta mais indenizar. O que temos que ter é o controle da situação. Eu vejo a nossa Polícia Ambiental, que vai cumprir a lei, que tem que cumprir. Se a lei existe, é para cumprir. E aí você vê questões que são impossíveis de serem cumpridas.

O Grando, o Deputado Godinho e os Prefeitos irão receber um convite. No dia 29, em Florianópolis, queremos ver se chamamos toda a nossa Bancada Federal, o Deputado Micheletto também, que tem uma emenda à Constituição, uma medida provisória que está engavetada porque também sentiu que não ia andar.

Com o levantamento agropecuário, tivemos alguns dados importantes de Santa Catarina. Depois, começamos o inventário florestal. Perdemos, inclusive, num acidente, uma companheira nossa, a Elisa, uma jovem que tinha propriedade de conhecimento na questão da floresta - quem faz essa parte hoje é o Sílvio.

Mas, dentro daquilo que já se tem do inventário florestal... Eu ainda não pude passar isso porque me entregaram esta semana, Grando.

Se nós obedecermos, Deputado Godinho, a legislação atual, com todos aqueles requisitos de preservação, de conservação dos rios, vamos perder mais de trinta mil famílias no interior, a propriedade dessas famílias ficaria sem condições de uso.

Embora Santa Catarina tenha (vocês viram, o inventário florestal mostrou), se não me engano, ainda 36% de mata, mas se nós fôssemos ter aquilo que determina a legislação hoje precisaríamos reflorestar em Santa Catarina mais quinhentos mil hectares. Então, a legislação que está aí precisa ser corrigida, precisa ser mudada, precisa ter um outro encaminhamento. Se nós temos eucalipto até na beira do rio, que não possamos ter trinta metros, mas que tenhamos vinte, que tenhamos quinze. O Grando falou da suinocultura, se nós temos um chiqueirão de suínos a quinze metros e não está poluindo, está seguro, deixa produzir. Agora, nós não podemos ter um a cinquenta, cem metros poluindo.

Então, é através dessas ações que nós vamos encontrar a solução. Só que nós não podemos imaginar que no ano que vem ou daqui a dois anos ou três anos estejamos discutindo isso ainda. Nós precisamos achar um encaminhamento para que as coisas possam acontecer. Eu acho que as RPPNs são uma forma de acertar. Agora, junto com isso, onde está o dinheiro para indenizar esse nosso produtor? Não adianta ficarmos na conversa.

Nós temos programas. Santa Catarina tem programas. A questão dessas reservas, o Grando disse aqui, o nosso Governador, no primeiro momento, posicionou-se contra, porque se fosse feito aquilo que estava previsto aqui, nós iríamos botar para a rua mais de oito mil famílias; nós iríamos pegar indústrias que estão instaladas aqui, que dão milhares de empregos; iríamos pegar áreas plantadas, cultivadas, que são as melhores áreas de produção de soja, que deixariam de existir; iríamos pegar área de campo, que daqui a pouco nós não faríamos nada com ela, porque se não começarmos a melhorar o nosso campo nativo também não acontece nada.

Então, caminhamos bastante. Eu acho que evoluiu, mas precisa caminhar mais, precisa ter a segurança de dizer: essa área vai ser preservada. Agora, quem guardou essa área vai receber pela cautela que teve, pela poupança que fez, porque se nós não indenizarmos essas áreas é a mesma coisa que tirar o dinheiro da poupança daqueles que pouparam.

Professor Grando, eu sei da tua missão na Fatma, sei do teu trabalho. Tenho consciência da preservação, tenho uma área de terra aqui no Irani, tenho uma granja, dez vezes me deu vontade de vender essa área, mas não vendi porque acho que é uma das propriedades mais ricas de água em Santa Catarina. Todas as nascentes da nossa água são em cima de um espigão, tem lá uma mata da celulose do Irani, que ainda tem imbuia, pinheiro, canela, tem tatu, tem paca e uma água que quando sai do mato você pode ir lá e beber. Eu tenho essa propriedade ainda por causa dessa água, tenho consciência do que é. Agora, eu também preciso defender a produção. Sem a produção, amanhã ou depois estaremos num deserto. Mas as duas coisas precisam andar juntas.

Vamos ter dinheiro para ajudar a reflorestar? Vamos ter. No Programa Microbacias, temos financiamento; a Secretaria da Agricultura, se o Governador realmente puder liberar os recursos do Fundo Social, também terá alguma coisa de recursos a fundo perdido para o pequeno produtor poder fazer um hectare, dois hectares, para guardar, para preservar as nossas águas, porque em alguns lugares nós sabemos da dificuldade que temos.

Temos já uma previsão para este ano, que tomara que não se confirme, de falta de chuva mais uma vez. O nosso produtor já está pensando se planta esse mês, se planta no mês que vem, em que época vai plantar. E o Oeste de Santa Catarina mostrou, nos nossos levantamentos, que está desmatado. Talvez isso seja uma das questões de termos essa intempérie, essa questão que não se tem mais uma segurança da chuva.

Era isso.

Parabéns mais uma vez à Assembléia Legislativa.

Parabéns, Deputado Godinho, pelo seu trabalho, pelo trabalho da Comissão de Turismo e Meio Ambiente.

Quero dizer aos nossos Prefeitos que eu tenho a esperança de que se dermos as mãos as coisas começarão a ser discutidas. Se tivessem sido discutidas naquela época, talvez não estaríamos hoje aqui discutindo.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Eu quero fazer um breve relato de um posicionamento meu com relação à araucária, que tenho externado.

Não contrariando os ambientalistas e os técnicos, creio que um fruto, uma árvore que produz bilhões de sementes por ano, resguardando a preocupação com as árvores antigas, com os remanescentes, essa árvore não pode estar em extinção. A araucária não está.

Então, é necessária essa regulamentação, essa busca de entendimento para que consigamos extinguir ou tirar essa liminar que existe desde 2000, a proibição do corte de araucária. Acho que nós estamos buscando agora, através de trabalhos, a derrubada dessa liminar, juntamente com a criação de um plano de manejo, para que seja criada alguma maneira de fazer o manejo da araucária. Nós temos que buscar, sim, o desenvolvimento sustentável. Não podemos buscar, como diz o Sopsela, o radicalismo das coisas.

Eu entendo que hoje a preocupação maior deveria ser, em primeiro lugar, o saneamento básico, depois a araucária. Lógico, algum ambientalista poderia me criticar, mas o que mais polui o meio ambiente são os dejetos que são lançados nos rios. Nós temos 6% apenas de esgoto tratado no nosso Estado. É uma vergonha. Imaginem quanto isso mata a nossa biodiversidade. Saneamento seria os agrotóxicos que ainda são lançados em muitos lugares de forma indiscriminada.

A araucária necessita urgentemente de um trabalho nosso, da Assembléia Legislativa. Precisamos, politicamente, defender o desenvolvimento sustentável. Nós temos que ter um plano de manejo da araucária. Não podemos ficar sofrendo. Acho que o ambientalismo continua ainda muito radical, continua ainda, em muitas áreas, tendendo só para um lado. Outro dia estávamos numa reunião, estavam dez pessoas presentes e perguntei: vocês plantaram algum dia uma árvore? Algum dia vocês trabalharam na agricultura? Conhecem a agricultura, conhecem a nascente de um rio?

Então, existe problema ambiental, mas temos que ter uma maneira de ter uma defesa política daqueles que vivem da terra. Quer dizer, não defender aqueles que não têm terra, mas defender aqueles que têm terra, aqueles que têm propriedade, que preservaram. Em todos os livros de ambientalistas a gente vê florestas maravilhosas, pinheiros de dois metros de diâmetro. Por quê? (O Sr. Presidente mostra uma revista voltada à questão ambiental.) Quem fez isso aqui? Foram os proprietários, os donos de terras!

Eu não queria ser radical, mas sou radical nesse ponto. Acho que existiu um radicalismo muito grande dos ambientalistas, que chegaram a esse ponto de atrocidades até de a polícia fazer as coisas que fazem. Hoje já tem projetos que provam que existem 36 até 40 araucárias por hectare. O Ibama diz que para uma árvore ser considerada em extinção, tem que ter, no máximo, oito árvores por hectare. Então, a árvore não está em extinção. A prova é a quantidade de árvores que tem aí, a quantidade de frutos que ela produz, bilhões e bilhões de frutos por ano. Existe, sim, a falta de uma legislação que permita o manejo dessa araucária. Na hora em que conseguirmos fazer isso estaremos, verdadeiramente, propiciando o valor econômico agregado com o corte dessa araucária.

Então, essa é a nossa proposta, a nossa luta, para que possamos ter, brevemente, a partir dessas reuniões que estamos fazendo, a criação de uma lei que permita o manejo sustentável.

Nós temos na Assembléia Legislativa um programa chamado ICMS Ecológico. Nós estamos agilizando para que seja aprovada logo essa lei para poder beneficiar aqueles que têm vegetação, aqueles que têm a preservação do meio ambiente. O ICMS Ecológico vai agregar valor também àqueles que têm RPPN ou coisa parecida.

Mas o debate aqui é para discutir como está a situação, como foi feito o relato dos Prefeitos, das autoridades, e também discutir o RPPN, se é importante, se não é, o que podemos fazer para ter um comum pensamento ou a maioria lutar por aquilo, se vamos querer essas reservas particulares, se não vamos querer, se vamos brigar, o que vamos fazer.

Então, a partir dessa inquietude, dessa busca de entendimento, nós queremos ouvir agora as pessoas que estão aqui.

Deixamos a palavra livre por um prazo de cinco minutos, para que possam externar as suas idéias, dizer o que acham dos relatos ou fazer algum questionamento aos Prefeitos que foram lá (infelizmente não pude participar) para ver como está a situação, o que Ponte Serrada pode fazer, o que Passos Maia pode fazer, qual o próximo passo que poderíamos empreender para ir ao Ministério, para ir ao Meio Ambiente, para ir até o Ibama pleitear o quê. Fazer o que Abelardo Luz fez? Buscar o exemplo dessa cidade? Quer dizer, a sociedade entender e, diria, apelar para que aquilo aconteça.

O SR. NILTON SCHNEIDER DE SOUZA - Deputado Sérgio Godinho, em seu nome quero cumprimentar todos os demais componentes da mesa, as autoridades, os técnicos, os agricultores, as senhoras e os senhores.

Sou engenheiro florestal, neste ato representando o Crea/SC, a Acaper de Curitiba e a AEA de Lages/SC, e já estou nessa luta há praticamente cinquenta anos - tenho sessenta anos de idade.

Eu vou contar duas historinhas para os senhores. Meu pai foi um dos maiores madeiros da Região Serrana de Lages. Nós tínhamos uma serraria na Farinha Seca, no Município de Palmeira. Em 1958 eu, com 13 anos, fui junto com meu pai buscar as famosas guias florestais no antigo Instituto do Pinho. Chegando lá, papai solicitou guias para cortes de araucária para mil cúbicos mensais. O encarregado nos disse que não poderíamos levar mil, que teríamos que levar para dois mil cúbicos/mês. Na volta para casa, papai disse: "Como vou fazer?" Ele, caboclo. "Como nós vamos trabalhar? Eu vou ter que tocar dois turnos, dia e noite, para poder cerrar dois mil cúbicos por mês".

Eu fico impressionado, porque hoje as autoridades querem cobrar de todos nós, querem cobrar da sociedade resultados, e o próprio Governo, na época, incentivava o corte de uma das espécies mais preciosas do nosso País.

A segunda história que eu vou contar foi de uma reunião que houve, não lembro bem se foi em 1962 ou 1963, no Rio de Janeiro, onde funcionava toda a estrutura administrativa do País. Estavam reunidos grandes empresários de multinacionais investidoras em nosso País com técnicos do IBDF. Naquela oportunidade, foi decidido que eles só viriam para a nossa Pátria para o reflorestamento com uma espécie da terra deles, ou seja, procedente dos Estados Unidos, se pudessem plantar em solo certo da nossa Pátria 99% de pinus e somente 1% da nossa araucária. Se ali tivéssemos técnicos realmente com amor à Pátria, que pudessem negociar no mínimo 10%, talvez não estaríamos sofrendo essa pressão que estamos sofrendo hoje. Desculpem o termo que vou usar, não é um desprestígio à classe, porque tenho grandes amigos ecologistas, mas são os que nós chamamos hoje de "ecológicos", não mais "ecochatos". Se na época esse pessoal estivesse ali, teríamos plantado no mínimo 10%, teríamos propriedades, teríamos fazendas, teríamos araucária, como o Sr. Alcides Tozzo, que talvez por estar em um esquema do Mato Grosso... Eu fiquei doze anos lá, conheço bem aquela região: fiquei doze anos na Amazônia, tive o prazer de conhecer o Chico Mendes. Talvez por algum problema que tenha havido lá, não consideraram o trabalho desse homem, que eu conheci, que conheço. Não tive muita luta com ele, mas sei do patrimônio, do desenvolvimento que propiciou aqui nesta região, nesta bela cidade que estamos hoje, do Prefeito Sandro Favero.

Eu fico indignado, senhoras e senhores. Vim aqui hoje dizer essas palavras porque estou lutando para aprimorar o plantio da araucária.

Uma pergunta que eu faço às autoridades, a esse pessoal do Ministério do Meio Ambiente: por que não pegam, não usam, não desapropriam áreas degradadas e passam a coletar sementes de árvores geneticamente conceituadas? Preocupam-se muito com a geneticidade das espécies florestais e animais, mas não se preocupam com a geneticidade do ser humano! E nós estamos nos cruzando desde que se fala pela Bíblia de Adão e Eva, e nem por isso o ser humano está degradado. Está? Não está se reproduzindo, estamos vivendo. Não estamos vivendo tão felizes porque em nosso País ainda existe um tal de mensalão, não é?

Então, isso aí realmente nos deixa tristes. Por que não põem na cadeia essas pessoas que estão roubando de nós, brasileiros? É uma pergunta que eu faço. Eu também fui político, fui candidato a Prefeito em 1982 em Ponte Alta. Não fui eleito porque quis levar com seriedade as coisas. Foram eleitas outras pessoas, que meteram a mão na cumbuca!

Ou nós trabalhamos nesta Pátria, realmente seguimos a moralidade, ou as coisas vão continuar assim: eles desapropriando as nossas terras. Tantas áreas degradadas! Por que não arrumam dinheiro, financiamento? Hoje existem financiamentos, mas através de uma "burrocracia" imensa.

E o pior de tudo isso é que esse pessoal que veio reflorestar sabia que em 1966 houve um incentivo fiscal no País, e eles utilizaram esse incentivo fiscal, empresas multinacionais utilizaram o incentivo fiscal para reflorestar pinus.

Então, vamos aderir essa idéia da RPPN, minha gente, que vai trazer a cada um dos proprietários a permanência nas suas propriedades.

Nós temos gente aqui que vai falar depois sobre o Parque de São Joaquim, e os senhores vão sentir de perto o que realmente é um parque que existe há mais de 45 anos e não foi pago um centavo de indenização.

Obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o Sr. Dário Rodrigues Neto, técnico em agropecuária, ex-Vereador do Município de Urubici e Presidente da Associação dos Produtores da Terra Mãe das Águas Nascentes Geladas do Parque Nacional de São Joaquim/SC.

O SR. DÁRIO RODRIGUES NETO - Sr. Deputado, inicialmente gostaria de cumprimentá-lo e agradecer pelo convite.

Quero cumprimentar também as demais autoridades, a mesa, o Prefeito anfitrião, os senhores e as senhoras aqui presentes.

Eu tenho aqui em minhas mãos o decreto original instituído em 1961, mais precisamente no dia 6 de julho, pelo então Presidente da República Jânio Quadros. Vejam bem os senhores, em 1961. Esse processo, na verdade, vinha se arrastando desde 1957. Até caminhou rapidamente, foram quatro anos. Em quatro anos, um canetaço, em Brasília, praticamente desapropriou-nos sem conversa, porque na época não existia esse fator democrático, brilhante, do qual estamos aqui participando e presenciando no dia de hoje.

Deputado Godinho, está aqui o Presidente da Câmara de Vereadores, meu amigo Anerino Jeremias, que nos tem acompanhado e auxiliado nessa luta; também está aqui o Pedro Furlan, monitor do Parque Nacional de São Joaquim; enfim, pessoas que vieram aqui dar o seu depoimento, da mesma maneira como eu faço.

Estou aqui defendendo, basicamente, 300 famílias que ainda moram no que se chama parque, no suposto parque. Esse é o termo que eu mais uso, porque até o dia de hoje não vimos um centavo. Fomos oprimidos, vivemos na opressão, na pressão psicológica e convivendo com injustiças sociais.

É muito salutar que se diga, porque o homem tem que falar as coisas de cabeça erguida e sem medo daquilo que diz. A minha família é detentora de 33% da área do parque. Dos 49 mil hectares de terra, a minha família é proprietária legítima, até que se prove o contrário, de 33% da área do parque. Apenas um tio meu deve ter, aproximadamente, se se fizer um inventário florestal do pinheiro, do pequeno até o mais grosso, em torno de 150 mil araucárias, da pequenina até 2 metros de diâmetro. Mas a casa e o galpão estão caindo na cabeça. E vão cair! Esquecemos, Pedro Furlan, de trazer a fotografia, pois eu teria o maior orgulho de mostrar no telão para vocês a propriedade do meu tio, que tem 1.600 hectares de terra.

Está aqui o professor Sérgio Grandó, meu particular amigo, que conhece muito bem as propriedades da minha família. Uma delas, até, é onde está situado talvez o ponto mais lindo do Sul do País. Todo o Estado de Santa Catarina é lindo, mas curvome em dizer a vocês, pedindo desculpas, que à direita do Morro da Igreja, no ponto mais alto do Sul do País, onde ocasionalmente neva no inverno, são terras da minha família, do meu avô, que já faleceu há muitos anos. A minha família veio para essa região de Santa Bárbara em 1868. Está instalada ali desde aquela época. Formaram-se médicos, advogados, agrônomos, técnicos, políticos, enfim, nós também viemos dali.

Hoje, o que presenciamos é uma amargura total. Não fomos indenizados em nenhum centavo. As árvores, as araucárias que caem e não quero entrar no mérito das araucárias, que foi muito bem dito pelo engenheiro florestal Nilton Schneider -, estamos vendo dia a dia elas serem, como disse o Prefeito Tozzo, extintas pelas leis burras fabricadas nos gabinetes de Brasília. Essa é a grande verdade. O Ibama não se chama Instituto Brasileiro de Recursos Renováveis e do Meio Ambiente, mas sim "Instituto Brasileiro do Atrófiamento do Meio Ambiente". Esse é o verdadeiro significado da sigla, se assim posso dizer, porque nós, meus amigos de Ponte Serrada, autoridades presentes nessa mesa e Srs. Prefeitos, estamos cansados. São 44 anos.

Portanto, não viemos aqui dizer a vocês o que cada um pode ou deve fazer. Viemos aqui trazer a nossa solidariedade, a nossa experiência, o nosso conhecimento e, acima de tudo, o nosso desejo para que todos os ideais, os objetivos de vocês sejam alcançados. Que Deus ilumine a todos nós.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. GILMAR ROBERTO ROMANI - Inicialmente, o meu boanoite à mesa, especialmente ao representante do Governador, professor Sérgio Grandó, que casualmente, e felizmente para nós, também foi nosso professor.

Gostaria de mais uma vez agradecer-lo até pela simpatia, pois é uma pessoa muito educada, e de dizer que os alunos acabam superando os mestres. Não é bem assim, professor. Porém, se assim for, o senhor irá me desculpar, mas há algumas coisas que eu não estou conseguindo entender. Talvez o senhor, do alto da sua sapiência, possa nos dizer, porque o senhor nos ensinou coisas muito difíceis da física e com muita dificuldade conseguimos aprender.

Sabemos também que o mundo passa por um momento paradoxal, no Brasil especialmente por sermos uma sociedade jovem, ainda bastante atrasada, e temos e precisamos evoluir muito. Sabemos que essa ruptura é necessária, é importante, pois no futuro nos levará a uma posição mais destacada.

Desculpem-me, não me apresentei: sou empresário aqui em Ponte Serrada, tenho 45 anos, minha família mudou-se para cá quando eu tinha um ano de idade, e desde os quatro anos ando com o meu pai aprendendo a fazer o uso racional da natureza. Se há um madeireiro em Ponte Serrada (a população que nos conhece sabe disto) que procura fazer a coisa certa, muitas vezes errando, somos nós, modéstia à parte. Porém, ele não se encontra aqui hoje porque está indignado. Ele disse: "Nós concordamos com toda preservação, isso é importante, as águas, tudo isso...". Mas, professor, não podemos abrir uma vala para passar do outro lado da fazenda, porque vem a Polícia Ambiental, multa-nos e leva-nos para o promotor público! Concordamos que haja fiscalização, tudo isso.

Eu até quero fazer um desabafo: foi muito bom que os senhores vieram até aqui, porque já estávamos nos preparando para ir até vocês. Queremos discutir, não queremos fazer a coisa na base do conflito, queremos o progresso. O Secretário Sopesa foi muito feliz! Este é o pensamento: pensamento de produção. Agora, se a sociedade julgar que não é isso que quer, quer dizer, não quer a produção, não quer o progresso, quer um país subdesenvolvido sempre à mercê do capital internacional, então vamos deixar isso claro!

Eu poderia muito bem ter ficado em Florianópolis, professor. Aliás, gosto muito, tenho bons amigos lá, deu-me uma formação cultural muito boa. Mas eu vim para cá!

Hoje, não falamos aqui em 50 milhões de brasileiros que vivem na linha da pobreza. Não falamos, temos que falar. Então, vamos aguardar o convite dos senhores, vamos discutir abertamente, sem problema algum. No entanto, a sociedade tem que dizer o que quer, e aí é que vamos nos encaixar.

Eu sou homem de produção. Trabalho porque preciso, mas trabalho principalmente porque gosto e tenho formação. Apesar de a minha pessoa não servir de exemplo, muito pelo contrário, há muitos aqui que estão indignados com essa falta de definição de critérios. Vamos à Fatma pedir uma autorização para fazer uma roçada de capoeira e dizem-nos que não pode, que vem determinação de Florianópolis, que está fechada. Vamos até o Ibama pedir para fazer uma queimada de sobra de capoeira, não pode porque há a lei da taquara. Então, professor, como vamos produzir?

Não vou me alongar muito. Eu teria muito até para dizer, mas quero trazer um pensamento ecologista voltado para o progresso! Há uma definição que diz que, em relação à população de gaviões e em relação à população de pintos, se se aumenta a população de gaviões, diminui a de pintos. Isso é uma verdade. Pode haver um certo desequilíbrio. Agora, se se aumentar a população de homens, aumentará a população de pintos, porque o ser humano ainda (*falha na gravação*)... Essa é a questão que eu gostaria de colocar e gostaria da sua resposta e da sua manifestação. O senhor representa, hoje, o Governo do Estado! Temos aqui o (*ininteligível*), temos o representante do movimento de sustentação da ecologia, uma coisa assim.

Então? O que o Governo pensa, o que o Governo quer? Querem que a gente trabalhe ou querem que a gente pare? Nós temos uma indústria que é auto-sustentada. Agora, se não pudermos plantar aquilo que estamos colhendo - quando podemos colher! -, como vamos prosseguir? Assim, deixo essa indagação. E não é com ar de conflito, não é isso. Só que a sociedade tem que definir. Quem cuidou das florestas? Quem enfrentou os ladrões? Quem enfrentou os bandidos? E sou testemunha, porque desde os quatro anos acompanho meu pai. Quem fez isso sabe o que é manter uma floresta.

Não venham agora - e não são os senhores, é a sociedade, eu falo da sociedade - com essa historinha de que agora não, tem que dividir. Tem que dividir? Tem que dividir. Mas o Secretário Sopesa foi muito feliz! Não é assim, não é chegando e dizendo que isso aqui é da sociedade e acabou! Se a sociedade definir, muito bem! Nós nos encaixaremos, não tem problema nenhum! E não queremos dinheiro! Queremos, sim, o prêmio pelo trabalho que tivemos.

Mas não é nisso que nós pensamos mais! Com toda a sinceridade, não é nisso que nós pensamos. Nós pensamos que tem que haver coerência. Não podemos ficar como estamos agora, com agressões. E não vamos entrar aqui em detalhes de onde vêm todas as agressões, desse pessoal que está assaltando o País. Tem tudo isso.

Quer dizer, vemos hoje uma pessoa como o Sr. Alcides Tozzo, que eu conheço desde criança, uma pessoa com oitenta e poucos anos que eu me arrisco a dizer que não tem nenhum aqui capaz de enfrentá-lo no dia-a-dia de trabalho, tal é a sua vontade! Tem defeitos? Tem

defeitos, como nós também temos. Agora, não é assim! Chegaram pessoas na casa dele com mandado de prisão, de metralhadora, seqüestrando-o. O que é isso? Onde é que nós estamos? É movimento de guerrilha? Se for, também podemos fazer, muito embora não seja a nossa índole. Não é por aí! Nós estamos num movimento democrático.

Então, o senhor tem o meu endereço, vou me comunicar com os senhores, e quando houver as reuniões nós iremos. Vamos para discutir, está certo? Sem qualquer resquício, está bem?

Desculpem-me pelo alongar da conversa. *(Palmas da plenária.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Quero agradecer ao Gilmar pela sua manifestação e dizer-lhe que quando eu propus esta audiência pública foi justamente para começarmos a nos organizar, como eu falei, em defesa do desenvolvimento sustentável.

Sou uma pessoa altamente indignada com o que acontece, com isso tudo. Comungo com o seu pensamento, tenho feito grandes desabafos com relação a isso, e o objetivo é este: fazer o fortalecimento do setor produtivo, fazer com que a gente possa se unir. Sou empresário e sinto que nós só trabalhamos, nós não nos organizamos. Isso acontece no setor empresarial. Vemos donos de lojas em São Paulo serem presos, o dono da Schincariol sendo preso. Parece que o setor produtivo é perseguido.

Tem até uma matéria que o *(ininteligível)* um dia me mostrou, e parece que quando o ser humano coloca a mão para trabalhar ele está destruindo alguma coisa. E é o contrário, tudo em que se trabalha progride, traz desenvolvimento, traz evolução.

Então nós, que somos empresários, temos o entendimento de que, quer a população concorde ou não, é através do trabalho que há desenvolvimento e progresso. Que haja controle, regulamentação, sim, mas não arbitrariedade e não um terrorismo de esquerda, uma radicalização, um radicalismo que não dá para compreender, não dá para entender.

Portanto, acho que é chegada a hora de a sociedade se organizar e se opor, talvez de forma radical, como foi colocado também pelos ambientalistas de forma radical. É começar a se unir, começar a se organizar para contrapor aquilo tudo que achamos que está errado e para que possamos ganhar. E vamos ganhar, vamos conseguir evoluções, e a partir desses pensamentos colocados em prática positivamente. Queremos produzir, queremos fazer isso e vamos lutar pelos nossos interesses.

Este é o objetivo da Assembléia Legislativa e é o meu objetivo: fazermos mais audiências para brigarmos, a fim de darmos oportunidade àqueles que querem produzir.

Por um período muito grande viu-se os ambientalistas e as pessoas mais radicais brigarem. Pessoas que se dizem ambientalistas, que não têm o segundo grau, fazem livros, como no caso do livro que eu estou lendo, colocando que é fácil radicalizar! É fácil você dizer aquilo que não pode! É fácil você dizer assim: não, está em extinção e ninguém pode mexer. Então, essas pessoas tiveram voz e vez demais, e, de certa forma, nós nos acomodamos. Assim, é hora de a sociedade se levantar e começar a gritar pela razão, não por interesses próprios, mas pela razão.

Passo a palavra ao grande Presidente da Fatma, Sr. Sérgio Grandó.

O SR. SÉRGIO GRANDÓ - Gilmar e todos os demais companheiros, é importante esse questionamento e é importante aprendermos juntos.

Então, eu queria colocar bem clara a legislação brasileira, que é uma das mais modernas do mundo, até porque copiou dos outros países desenvolvidos, fez a sua Constituinte, trabalhou. Tem algo que todos temos que saber: todos se sobrepõem na fiscalização, todos. No meio ambiente, todos podem fiscalizar: Polícia Ambiental, Ministério Público, Ibama, Fatma, ONG, ING - Indivíduo Não-Governamental -, todos podem fiscalizar. Essa lei é bem clara. Licenciar, no Estado de Santa Catarina, é só um órgão, a Fatma. Isso é delegação federal e está na Constituição do Estado.

Portanto, eu gostaria de dizer uma coisa bem claramente: aqui está o representante da Polícia Ambiental, ou da Polícia Militar. A Polícia Ambiental não pertence à Fatma, pertence à Polícia Militar. Ele é um militar! Tanto que às vezes ele está cuidando do meio ambiente e em seguida tem que ir atrás do bandido. Às vezes é ruim até para ele, coitado, ele fica ali, pensa que é uma coisa mais tranqüila, mas não, é pior. Ele pode a qualquer momento ser resgatado pelo comandante para qualquer operação. Nós até gostaríamos que a Polícia Ambiental cuidasse das unidades de conservação e só trabalhasse na questão ambiental. Quem sabe um dia vamos chegar lá, tendo um guarda para a questão ambiental e para um trabalho específico. Então, quando a Polícia Ambiental vem, e você está abrindo uma vala, não é porque a Fatma mandou, ou porque o Ibama mandou. É que todos podem se sobrepor, e a Polícia Militar tem total independência.

Vamos procurar, por uma questão do Governo (estamos fazendo um convênio), atuar - aí sim, mudar a prática - de forma preventiva. E trabalhar na questão educacional, preventiva, e, então, vamos trabalhar com a Fatma, através desse convênio que estamos tentando fazer.

A preocupação do Governador não é só abrir vala. De repente estava passando um caminhão de erva-mate e estavam prendendo o caminhão de erva-mate! Era assim. Aí falaram: "Não, porque é nativo!" E daí? Qual é o problema? Tem alguma coisa proibindo tirar a folha de erva? "Não." Depois, chegaram à conclusão, foram lá, e continua. E assim tem gente com o carro preso até hoje, que não foi nem buscar, outro que tem que pagar multa lá em Brasília. Por quê? Porque a Polícia Ambiental está multando com o talão do Ibama. Esse é o erro, tinha que estar conosco! Mas isso tudo é uma questão do Governo, que está estudando e discutindo.

Outra questão: autorizações de corte. Realmente, foram suspensas durante três meses. Quero dizer que agora está liberado. A questão de capoeirão, vai o projeto; ali em Joaçaba está liberado, agora, tecnicamente, de forma correta, como fazer e como se deve fazer. Então, nesse ponto você teve razão, durante três meses foi suspenso no Estado...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Não, não, foram três meses, só.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O Coordenador Júlio do Prado está aí, e ele sabe disso. Realmente, suspendemos. Pode ter dificuldade agora e tal. Mas pode ir lá que agora pode entrar com o processo, isso eu garanto.

Aí você pergunta: que desenvolvimento nós queremos?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Isso! Nós queremos um só! É um só! É a produção? É a produção, sim! Mas de que forma? Desenvolvimento sustentável. Aí, todos nós temos que aprender! Nós, que estamos iniciando como função política, dos questionamentos, das idéias, das práticas, e vocês também!

Quero dizer uma coisa: só as pessoas inteligentes mudam. E só aprende quem tem dúvida! A pedagogia diz: só aprende quem tem dúvida! O imbecil nunca tem dúvida, acha que sabe tudo! Então, nós temos dúvidas! Vamos aprendendo juntos. Quem está fazendo o desenvolvimento? Todos nós queremos desenvolvimento, e nós queremos ajudar de forma sustentável.

O SR. GILMAR ROBERTO ROMANI - Sem querer polemizar...

O SR. PRESIDENTE SÉRGIO GRANDÓ - Sem polemizar, claro, porque nós estamos juntos nesse barco! É aquilo que eu falei: em quem eu tenho que confiar? Na pessoa humana!

O SR. GILMAR ROBERTO ROMANI - Mestre?

O SR. PRESIDENTE SÉRGIO GRANDÓ - Sim?

O SR. GILMAR ROBERTO ROMANI - Já estive diante de um promotor público?

O SR. PRESIDENTE SÉRGIO GRANDÓ - Olha, constantemente. E quero dizer uma coisa que eu até nem mencionei: o Ministério Público tem o direito de fiscalizar!

Aliás, quero perguntar para vocês por que a Constituinte de 1988 foi chamada de constituinte-cidadã. Por quê? Todo mundo falava que a Constituinte era cidadã porque foi instituído o Ministério Público, que até então não tinha no País. Era uma prática da antiga Roma e que foi muito boa enquanto funcionou a democracia na antiga Roma.

O que é o Ministério Público? A função do Ministério Público é fazer o cumprimento das leis. Até se dizia: não precisa de Constituinte, já tem leis suficientes no Brasil! Faz cumprir as leis! O que acontecia? Quem tem que cumprir as leis? O Governo Federal, o Governo Estadual e o Governo Municipal, porque as leis têm, dentro da Federação, esses três níveis. Então, tinha que se cumprir a lei. Quem faz cumprir as leis, e foi criado para cumprir as leis, a favor do povo, a favor de todo cidadão? O Ministério Público.

Ele tem um orçamento próprio, foi feito concurso nacional e entrou essa rapaziada que não tem nada a ver com questão política. Primeiro, eles entraram com competência nos exames; segundo, com um bom salário; e, terceiro, têm inamovibilidade. Nem Juiz, nem Senador, nem Governador, ninguém tem, mas eles têm como direito garantido. O que eles fazem? E deêm graças a Deus que o povo não sabe o que o Ministério Público faz - se o povo soubesse, e quando falo em povo, falo em todos, do empresário à pessoa mais humilde! -, que é cumprir as leis. O Ministério Público faz cumprir as leis.

Se as leis não são boas, tem questionamentos, aí, quem faz a lei estadual? O Godinho, o Sopelsa. E quem faz as leis federais para cumprirmos? Os Deputados! Então vamos escolher bem os nossos dirigentes.

O SR. GILMAR ROBERTO ROMANI - É o que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE SÉRGIO GRANDÓ - É isso: questionar, discutir, porque o resto, o Estado, só cumpre, e quer fazer as coisas cumprirem as leis.

Nós, do órgão ambiental, temos dez pedidos de informação todo dia. E não é só lá em Florianópolis, todo o Estado faz pedidos de informação, porque qualquer cidadão pode ir lá e pedir. Hoje, o Ministério Público lê no jornal: houve um licenciamento. "Sou contra." Vai lá e pede informação, e temos que entregar documentos. Então, você imagina!

Agora, isso faz parte do cumprimento da lei. Temos que melhorar e avançar muito na questão das leis. Muitas vezes estamos discutindo, mas votamos em Deputados que fizeram essas leis. E muitas vezes os impasses que existem é porque as leis foram mal feitas. É aí que temos que melhorar.

Então, sem polemizar, acho que respondi. Somos parceiros, vamos trabalhar, vamos ter eleições no futuro, seja nos municípios, seja no Estado, seja na Federação, e vamos avançar. O mundo está melhorando, melhorou muito, e vocês sabem disso.

O SR. GILMAR ROBERTO ROMANI - Mestre, agradeço-lhe pelas palavras. Só que temos que fazer a coisa certa. Eu vejo bandidos, ladrões de todos os tipos soltos, mas tenho que me apresentar a cada 30 dias aqui no Ministério Público, e sou uma pessoa de bem. Então, temos que cuidar com o que é paradoxal. Só isso!

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO MOACIR SOPELSA - Não sou um ambientalista, mas quem disse que um rio tem que ter 30 metros de preservação? Por que trinta? Quem disse que tem que ser trinta? Baseado no quê? Não podia ser vinte, não podia ser doze? Quem diz que as minhas instalações precisam estar 30 metros longe da divisa do meu vizinho? Por que 30 metros? Alguém sabe? Por que tem que estar 30 metros das estradas?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Então, desculpe-me, mas quando fizeram a Constituição de 1988 e votaram a lei ambiental - e que deu muitos avanços à Constituição -, ela devia estar lá para ser votada e dizer: está faltando aqui a proteção dos rios. Como vamos fazer? "Ah, bota aí 50 metros, 30 metros, 20 metros." Foi assim que aconteceu. E é isso que estamos vivendo hoje.

Eu finalizo dizendo seguinte: o Grandão não vai mais ver, nós não vamos mais ver pinheiro pequeno, se não manejarmos. O Tozzo está preso hoje porque guardou, porque preservou. Se ele tivesse derrubado tudo quando era jovem...

(O Sr. Gilmar Roberto Romani manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Porque guardou.

Eu converso com muitos proprietários, que dizem: "Vou cortar o pinheiro enquanto é pequeno, porque quando ele ficar grande o meu neto vai para a cadeia".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Passamos a palavra para o próximo inscrito, por cinco minutos, a fim de darmos oportunidade a todos de se manifestarem.

O SR. EDMIR DE CAMPOS GUIMARÃES - Sou produtor rural, moro há 25 anos aqui em Ponte Serrada e Passos Maia.

Inicialmente, quero fazer um parêntese, porque o professor Grandão elogiou muito o Ministério Público. Para muitos que não sabem, o Ministério Público são os promotores. Então, eu quero pedir aos senhores, autoridades, que têm o poder de legislar, que defendam o Ministério Público, porque tem uma força muito grande, forças estranhas, forças que não estão interessadas na ordem pública, com a intenção de castrar o trabalho do Ministério Público.

Quanto à criação do Parque Nacional das Araucárias, quero dizer aos senhores que não me manifestei nas outras audiências públicas porque sou a favor da criação do parque. De todos esses 16 mil hectares de floresta, dessa área que está dentro do Parque Nacional das Araucárias, a melhor floresta - segundo o professor João de Deus -, a mais bem conservada, é a da Fazenda Ameixeira, que é da nossa família. Fora a Fazenda Ameixeira, tem uma outra área de quase mil hectares da qual sou dono, que é a Fazenda Santa fé.

Nós somos a favor de transformar em RPPN, desde que fiquem fora as áreas de pastagem, onde nós temos bovinocultura, as áreas de pinus, e que a PCH Passos Maia também fique fora. Se por ventura não ficarem fora, nós vamos somar aos outros que não querem a RPPN, que não querem o Parque das Araucárias, e para nos indenizar, porque para entrar nas nossas áreas primeiro vão ter que nos indenizar. E, com segurança, Deputado, menos de R\$30 milhões não vai indenizar as nossas áreas, porque temos mais de 15 mil metros cúbicos de imbuia só na Fazenda Ameixeira. Temos imbuia que precisa de cinco pessoas para abraçar, temos pinheiros com 60 metros que precisam de três homens, quatro homens para abraçar.

Hoje existe a Fazenda Ameixeira porque há 12 anos, 13 anos, foi invadida pelo Movimento dos Sem-Terra, e, com a intenção de preservarmos essa floresta, a nossa família cedeu ao Incra, ao Movimento dos Sem-Terra, 5 mil hectares. Então, temos moral e trabalho para pleitear a nossa sobrevivência.

Quanto à extinção das araucárias, quero fazer um apelo aos técnicos que estão presentes, porque esse discurso serve muito para a comunidade que não conhece floresta: depois de o parque ser implantado, quero convidar os técnicos da Fatma, do meio ambiente e quem tiver interesse em aprender sobre floresta, que é um assunto que já discuti com nosso amigo Júnior. Além dessas áreas que temos para preservação, com a graça de Deus, somos donos de mais áreas, tanto aqui como no Paraná. Eu convido os senhores, as autoridades e os ambientalistas para visitarem a floresta da Fazenda Ameixeira, onde há

30 anos não é mexida. E são essas florestas que anteriormente foram degradadas e que estamos trabalhando em cima. Vou apresentar a esses técnicos hectares com mais de 300 pinheiros, onde os madeiros tiraram o que era para industrializar e renovou-se a floresta com plantio nativo. E não fomos nós que fomos plantar, foi a gralha que foi plantar. E a floresta está lá para quem quiser ver a beleza que ela é.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o Vereador Airto Modanese, por cinco minutos.

O SR. VEREADOR AIRTO MODANESE - Eu gostaria de cumprimentá-lo, Deputado Sérgio Godinho, e em nome de V.Exa., se me permitir, saudar à mesa, que já foi nominada pelo protocolo, e todos os senhores e todas as senhoras presentes.

Quero dizer que o Poder Legislativo de Ponte Serrada, desde o primeiro instante, esteve presente, de mãos dadas com o Poder Executivo e com a população para que pudéssemos atingir o objetivo de que todos pudessem ter os seus direitos preservados.

Mas, infelizmente, quando se bate de frente com órgãos, principalmente do Governo Federal, torna-se difícil, porque o discurso perante a população é um e, como citou bem o nosso Prefeito, por trás das cortinas é outro. Nós, que acompanhamos, participamos de todas as reuniões, fomos a Florianópolis, fomos a Brasília, vamos ter que ir de novo, e gastando dinheiro público, porque hoje o Prefeito sabe que é difícil manter os pequenos municípios por falta de recursos. Mas temos que ir, caso contrário a população ficará desassistida. Sabemos da dificuldade que encontramos nesses órgãos, porque quem está dentro desses órgãos parece que é dono da verdade. Infelizmente, é o pensamento deles que prevalece, não o de quem está preservando, de quem está produzindo.

Defendemos a tese do manejo sustentável desde o início, e aqui mesmo alguns órgãos já se manifestaram também falando do manejo sustentável. Senhores, vejam bem a proposta do seu Alcides Tozzo: "Eu quero fazer um acordo de manejo sustentável. Para cada árvore que eu tirar quero plantar quatro". Mas falou-se aqui. Por que lá, pois estivemos em Brasília na semana passada, o Ministério não aceitou a proposta, se é manejo sustentável? Então, senhores, vejam que há muita contradição dentro dos próprios órgãos do Governo. E sem falar de que quem preservou (vamos ter a certeza no futuro) não vai ser indenizado, porque o próprio Governo admite que não existe orçamento para indenizar.

Então, senhores, estamos aqui parabenizando a Assembléia Legislativa e a Comissão de Turismo e Meio Ambiente por esta oportunidade. Mas aqui tivemos consultas públicas, audiências públicas, e perdemos o nosso tempo valioso, porque no final das contas prevalece o que os órgãos ambientais do Governo querem que prevaleça. Eu acho que hoje esta Comissão está aqui democraticamente. Isso sim é democracia. Aquilo que já fizeram aqui no passado não era democracia. E aconteceu graças ao apoio dos empresários, dos produtores, dos agricultores e da população de Ponte Serrada, de Passos Maia e de municípios vizinhos, que estiveram aqui presentes pressionando o Governo a ouvir a sociedade, porque até então era empurrado goela abaixo.

Senhores, foi comentada alguma coisa a respeito de financiamento para reforestamento. Vejo aqui muitos empresários do ramo madeireiro e gostaria de fazer uma pergunta: quem dos senhores vai buscar financiamento, se há alguém que vai, para plantar araucária, sabendo que não pode mais derrubar? Alguém vai? Não vai. Por isso defendemos a tese do manejo sustentável e não o Parque das Araucárias. Eu nunca vi o Ibama, a Fatma, os órgãos do Governo, plantarem uma árvore. Nunca vi ninguém plantar! Nunca ouvi ninguém falar que presenciou alguém desses órgãos plantando; agora, vi as pessoas que preservaram, esses eu vi plantarem. Estamos em que país? Estamos numa democracia? Pelo jeito a democracia está lá em cima, lá no Blue Tree, onde é pago o mensalão; lá deve estar a democracia deste país, porque dentro dos órgãos mantidos pelo Governo eu ainda não consegui encontrar.

E quero mais uma vez parabenizar a sociedade da nossa região quando aqui esteve presente naquela audiência pública, porque, se não fosse aquela movimentação, hoje 96,41% do nosso Município pertenceriam ao Governo Federal - 100% de Passos Maia, Varjão e outros municípios. Uma região inteira seria punida. E sabemos que não existe recurso para o Governo indenizar.

Então, deixamos aos órgãos do Governo que aqui estão representados, mais uma vez, a nossa proposta, e aqui também os órgãos concordaram que a saída é o manejo sustentável. Portanto, vamos acatar a proposta do manejo sustentável e não a criação de um parque nacional, que vai ficar aí jogado, abandonado e servindo para pessoas falsificarem guias para vender ilegalmente o que está dentro do parque. Essa é a proposta que defendemos desde o início e gostaríamos que nos ouvissem pelo menos uma vez. Não nos ouviram até agora, que nos ouçam pelo menos dessa vez, porque acho que a sociedade ficará bem, os que preservaram ficarão bem e o Governo também ficará bem.

Um abraço a todos. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - A palavra continua livre, por cinco minutos.

O SR. JAIME CÉSAR BRAGAGMOLO - Boa-noite a todos. Quero cumprimentar o pessoal da mesa, as nossas autoridades, a população, os empresários, enfim, todo mundo que está aqui com o maior interesse no desenvolvimento. Se não houvesse interesse não estaríamos aqui, não é?

É só para complementar o que disse o nosso nobre Vereador sobre essa "burocracia" que existe no País. Quando se fala de órgãos que têm representatividade, mas que têm remuneração, é cheio de gente para assumir, mas quando não tem é difícil. E, nesse caso, quando os empresários chegam aos gabinetes nunca conseguem ter vez, porque quando eles querem debater prevalece a idéia daqueles que são pagos com os nossos lucros, entre aspas, que o Governo leva. Essas pessoas que são pagas com o nosso suor são as que não nos ouvem. São ideologias falando.

Vieram mexer com Santa Catarina, que tem 36% de preservação, só perdendo, eu acho, para a Amazônia. Não vão mexer com o interior de São Paulo, onde os canais tomaram conta, que não tem 5% em áreas de 100 mil hectares. Também sou proprietário de terra no Mato Grosso e sei da minha consciência de que a preservação está lá - 40% guardados, de preservação que eu quero deixar para os meus filhos. Mas eu sei de áreas que não sei onde está esse equilíbrio, essa proposta do Governo de áreas de 100 mil hectares que não têm mil hectares de reserva. Se tem mil, é porque tem a água, que eles ainda não degradaram totalmente. Então, por quê?

Olha o desequilíbrio da natureza, quando se faz da seguinte forma: 100 mil hectares num pedaço só não adiantam nada. Portanto, porque não existe uma política definida, mas definida mesmo? Se fossem preservados 20% de cada propriedade, teriam que ser, daqueles 100 mil hectares, 20% preservados. Mas não 100 mil hectares aqui, 20 mil hectares aqui. A natureza não tem como se controlar. Agora, se fossem dez etapas de 10 mil hectares divididos em dois - cada 10 mil hectares, 2 mil hectares -, replantar perto das águas (*falha na gravação*) ...a nossa área aqui tem preservação, aqui tem manejo sustentado.

Gente, tem tanta coisa para se dizer! Eu, como Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponte Serrada, vejo-me numa situação... O nosso empresário sabe trabalhar, preservou, e é representado hoje por um preso, que talvez seja o mais idoso deles. O que é isso, gente! Preso porque preservou?

Gente, eu vou só citar uma coisa que eu não queria falar hoje, mas me obrigo a isso. Eu vi meus filhos e minha mulher na mira da arma de dois bandidos há quatro meses, na Páscoa, e o cara está solto. O Ministério Público, se eu for lá dar o meu depoimento e dizer que a moto dele tinha um pneu careca e não tinha... O cara foi solto. E agora, gente? Eu tenho medo! Roubaram de mim o mais sagrado, que é a minha liberdade! Eu não tenho mais, gente. Eu vi as minhas crianças e a minha mulher chorando na mira da arma desse bandido, mas ele está solto, assim como a gente vê cuecos cheios de dólares, mensalão, que com certeza ninguém vai para cadeia. Mas o seu Tozzo está lá! São 81 anos de trabalho, com família, com gerações vivendo junto, e ele está lá, hoje! Na hora que fizeram a lei não chamaram o seu Tozzo para discutir a lei, como estamos fazendo hoje!

Gente, o meu pronunciamento é só de indignação. Não temos segurança, não temos saúde, não temos estrada, e temos gente agindo arbitrariamente dentro de gabinetes querendo fazer o pior. Tenho certeza que parte do salário de quem colocou o seu Tozzo na cadeia saiu do suor do trabalho seu Tozzo.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o Sr. Vereador Josemar Peroza, por cinco minutos.

O SR. VEREADOR JOSEMAR ANSELMO PEROZA - Falarei rapidamente e não vou me estender com saudações.

Quero falar como cidadão e não como Vereador ou Presidente da Câmara, e o meu objetivo é simples, é só dar um depoimento.

Quando o senhor, Deputado Sérgio Godinho, referiu-se aos ambientalistas, sou totalmente a favor, pois eles pregam, pregam, enfiam goela abaixo, mas não cumprem o que pregam, não trabalham em função do que pregam.

Professor Sérgio Grando, o senhor comentou que o Governo do Estado trabalha ouvindo principalmente a população. Isso a gente tem provas, a gente está acompanhando o dia-a-dia desse Governo, que tem realmente esse objetivo. Então fica aqui o nosso apelo no sentido de que o Governador saiba que a população de Passos Maia e de Ponte Serrada, isso está bem nítido nos depoimentos das pessoas aqui, é extremamente contra a criação do parque, esse parque empurrado goela abaixo de forma bastante truculenta, havendo muita divergência, digamos assim, no cumprimento das leis que deveriam é nos proteger. Então, estamos pedindo aos senhores hoje que nos apoiem com relação a essa criação do parque.

Quero dizer que eu comecei a trabalhar na Indústria de Madeiras Tozzo há uns nove anos, parei de trabalhar, já estou em outra empresa, trabalhei oito anos, lá conheci o Sr. Alcides Tozzo, e comecei a trabalhar com ele. E quero só relatar os prejuízos que ele teve na época com a preservação do meio ambiente - ele próprio era um ditador das regras dentro das suas áreas de floresta.

Quando começamos, estávamos trabalhando legalmente, a nossa possibilidade de extração era bem superior a que foi realizada durante todo aquele período. Os engenheiros florestais da empresa, os funcionários, os empregados da empresa faziam questão de aumentar a produção para aumentar a renda, para aumentar os salários, para aumentar os funcionários, e ele os impedia, nunca nos deixou fazer isso, porque ele não suportava ver tirar uma árvore viva, sã. Isso ele não deixava. Tinha uma árvore lá de aproximadamente 7,80 metros no pé, e está lá até hoje, porque ele não deixou tirar. Ele sempre trabalhou em função da preservação, não quis que algum dia nós o contrariássemos e fizéssemos o inverso disso.

Estivemos visitando ele hoje, que está no hospital bastante debilitado, pois 81 anos já é um fardo grande de carregar, uma idade tão avançada, e ainda mais com tantas dificuldades. Mas ele não pediu que não o abandonássemos, pois agora ele está sozinho. Ele pediu que as pessoas se organizassem e não o deixassem sozinho - ele nos fez este pedido. Estão aí o Prefeito Osmar Tozzo, o Vereador Gecir Sutil, que estiveram lá e ele nos pediu isso. É uma pessoa que sempre trabalhou em função do meio ambiente e está sendo prejudicada dessa forma. É de cortar o coração ver uma pessoa com a idade que ele tem passando por tantas dificuldades. Quando ele foi lá em Brasília ele disse: "De lá eu só saio morto", e já começaram dando a primeira paulada.

É isso aí, obrigado. (*Palmas.*)

O SR. HUGO LUIZ CONTE - Quero cumprimentar os membros da mesa e todos os demais presentes.

A minha pergunta é a respeito da bracinga. Eu já tenho o projeto encaminhado, estou aguardando, e vou colocar como está a situação. Eu comprei uma área de terra, essa terra foi a leilão, e eu estou pagando as parcelas. Se liberarem a bracinga, eu tenho condição de produzir, caso contrário não tem como eu fazer a roça. Então, eu espero que seja liberada. São sessenta hectares, tendo vinte hectares de lavoura, agora se liberarem só um hectare fica difícil, aí eu sou obrigado a não pagar as parcelas ao Banco do Brasil e o banco me toma a terra.

Então eu gostaria que os senhores analisassem com boas intenções para eu poder produzir. No mais, também tenho pinheiros, mas só gostaria que me deixassem tirar uns pinheiros para fazer a minha casa que está apodrecendo, pois foi pinheiro que meu pai deixou para mim e para os meus sobrinhos, dos quais nós somos donos. Então, eu espero dos senhores que a partir de agora sejam solucionados esses problemas para nós, agricultores.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO GRANDO - Eu vou responder com bastante objetividade a questão da bracinga.

Vimos recentemente de um encontro com os maiores pesquisadores da Universidade Federal aqui em Canoinhas com a Universidade do Contestado - UnC -, e na oportunidade mandamos um apelo. Vejam bem, a bracinga no Paraná está liberada; olhem só como é este país, você pode plantar a bracinga no Paraná! O segundo ponto é... Olha só o que é as pessoas não conhecerem a realidade. Você vai falar com uma série de pessoas, perguntando sobre como fica a questão do fumo, do reflorestamento... e tem que se trabalhar também com o reflorestamento. Mas nós temos uma realidade essencial: ninguém vai tostar a erva-mate com eucalipto ou com pinus elliotis, pois ninguém vai beber aquele chimarrão! Todo mundo sabe que a melhor madeira para fazer todo o processo de produção de erva-mate é a bracinga - está aí uma das suas utilidades. Outra coisa é que em seis anos ela já cresce, já está no máximo da produção, pois quatorze ou quinze anos é o seu ciclo, ele se encerra.

Então tudo isso aí está-se discutindo porque tem uma resolução lá no Conama, no Conselho Nacional do Meio Ambiente, mas estamos querendo tirar isso para que fiquemos igual ao Paraná. E mais do que isso, aqui está proibido o corte da bracinga, e diminuiu o número de pés de bracinga; no Paraná, que pode plantar e tirar, aumentou.

Então veja você que realmente nós estamos juntos nisso. Nós poderíamos reflorestar com bracinga, que produz calor, energia, é uma coisa fantástica! É uma excelente madeira para móveis, palanques... O que você imaginar fazer, dá para fazer com a bracinga.

Bom, aqui eu queria fazer um preâmbulo: pode plantar araucária, sim, fazer reflorestamento. Então quanto ao problema da bracinga, pode fazer reflorestamento, o seu problema é no tirar quando ela estiver... Mas até lá não vai ter problema, acredito eu, porque você reflorestou e tem o direito de colher, você só tem que registrar. Então não fique preocupado.

A mesma coisa com relação à araucária. Alguns até desanimam, mas vinte anos... Meus amigos, eu vou citar um exemplo para que os senhores conheçam: em Portugal tem uma árvore chamada corticeira, que é a que produz a rolha, aquela capa grossa que eles tiram, que leva setenta anos para produzir a primeira vez. E os caras plantam, e é economia portuguesa. E mais do que isso, uma vez que produziu, depois só de sete em sete anos para colher novamente. No entanto é econômica, é viável, produz divisas, e está lá.

E não vamos pegar uma araucária com vinte anos... Vocês conhecem mais. Quer dizer, dentro da espécie da araucária há vários tipos, por isso que temos que pesquisar. Tem até um tipo que dá pinhão em dezembro, e nós podemos manter o sistema até julho, entenderam?! Então tem todo um ciclo. Tem aquela que dá antes, com oito, doze anos; tem aquela que com vinte anos tem um bom setor de produção de madeira. Então nós temos que ampliar essa pesquisa.

Por isso eu falei da questão de Lages, onde eles estão pesquisando, porque vai se tornar viável. E aí não precisa fazer discurso nem convencer, quando a economia do reflorestamento... Nós não somos contra o pinus, mas tem que se mostrar o que for melhor, para que a pessoa procure o que é mais econômico e melhor. Agora, aí sim, a crítica é verdadeira: enquanto ficaram proibindo, não tiveram competência de dar alternativas.

Era isso o que eu queria colocar. E despeço-me reafirmando a posição de Governo, que já foi lida em carta em outra reunião, já foi lida em vários lugares. Esse é o nosso posicionamento, é a decisão da comunidade, e se é melhor a RPPN, vamos estar abraçados juntos nessa causa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. SILVIO MENEZES - Sou Gerente de Desenvolvimento Florestal da Secretaria de Estado da Agricultura e, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Deputado Sérgio Godinho, o Prefeito Municipal de Ponte Serrada, o Deputado Moacir Sopelsa e os demais componentes da mesa.

Eu gostaria de esclarecer algumas questões. Uma tese que o nosso Governador defende bastante, e eu vejo que seria a saída para resolver todos esses problemas, é a questão do Pacto Federativo. Na verdade o que se sente é que a União está muito longe da população, e se essa questão ambiental fosse tratada em nível de Estado e Município, já que eles estão mais próximos da comunidade, as soluções seriam muito mais fáceis de serem encontradas.

Outro aspecto que eu quero levantar aqui é quanto à legislação ambiental. Nós temos uma legislação única para todo o País, que possui uma diversidade imensa: Santa Catarina é tratada da mesma forma que a Amazônia. Quer dizer, as condições são totalmente distintas, é clima diferente, é floresta diferente, é topografia... A topografia do nosso Estado é totalmente diferente da de outros Estados, e nós verificamos que fica difícil, efetivamente, uma legislação única.

Uma demonstração disso são os Termos de Ajustes de Conduta, em que o próprio Ministério Público Estadual, constatando a dificuldade de se implementar as leis, faz esses Termos de Ajustes de Conduta de forma diferente do que prega a legislação, sendo mais tolerante. E por quê? Porque em face da sua proximidade com a comunidade, eles têm consciência, têm a sensibilidade de ver que as leis não estão de acordo com a situação do Estado, das propriedades, etc.

Era isso o que gostaríamos nesta oportunidade de manifestar. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Pessoal, eu gostaria de enfatizar a importância deste evento.

Todos os movimentos sindicais, todos os movimentos do mundo todo começaram a partir da organização, a partir da união. E repito, o setor empresarial, o setor produtivo, até devido a sua labuta, o seu trabalho, a sua dedicação, é isolado. Então é chegado o momento de nos unirmos, e eu acho que nada existe por acaso. Havendo uma união nossa, como a que existiu nesta audiência pública - inclusive iremos promover outras -, sem dúvida nenhuma nós mostraremos mais a nossa força. Por enquanto estamos acuados diante de movimentos ambientalistas que houve no País na última década, em que todos estavam há mais de dez anos lutando, falando, gritando, e todo mundo achando que estava indo tudo muito bem.

Hoje, 100% da população catarinense é ambientalista. Se você falar com a pessoa mais simples, mais humilde, falar com qualquer criança, eles vão dizer: não, tem que preservar o meio ambiente. Ninguém mais é contra. Hoje já existe uma alfabetização de educação ambiental. Todo mundo está alfabetizado nesse aspecto. Até podem existir alguns excessos em alguns locais, como mostram alguns relatórios, em que determinados locais foram devastados até para o crescimento. Mas hoje não existe mais uma ignorância nossa com relação ao meio ambiente.

O que temos que mostrar é força e que o setor produtivo produz alguma coisa. Quer as pessoas concordem ou não, todo nós dependemos do setor produtivo: o padre, o político, qualquer pessoa, o empregado, o empregador, enfim, todos nós dependemos do setor produtivo. O que tem que existir é a regulamentação, e no nosso caso específico, ter esse tal de desenvolvimento sustentável através do manejo, no caso, da araucária, que é uma árvore que produz e tem valor para nós.

Passo a palavra ao Prefeito de Passos Maia, Osmar Tozzo.

O SR. PREFEITO OSMAR TOZZO - Em função do pronunciamento do engenheiro florestal Silvio Menezes, sobre o Pacto Federativo, eu só quero colocar... E acho que o Sandro lembra da nossa audiência com o Ministério do Meio Ambiente, inclusive está aqui o representante do Estado, o Secretário de Estado da Agricultura, Moacir Sopelsa, que segundo me parece, através de uma parceria do Ministério com a

Secretaria da Agricultura ou com a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável, estão fazendo um levantamento florístico florestal. E na oportunidade eu indaguei ao Mercadante por que não o Estado e o Governo Federal se entenderem no Pacto Federativo, esperar o levantamento florístico florestal em Santa Catarina. E ele foi bem enfático e seco ao nos dizer que isso está descartado. Inclusive isso consta em ata.

Então a nossa preocupação é que discutimos, discutimos, a sociedade se manifesta, audiências com o Ministério foram realizadas, hoje estamos fazendo esta audiência com a Assembléia, a população tem um parecer, é unânime nas suas colocações, mas depois chega lá em cima, nos técnicos do Ministério, e eles têm uma posição fixa e um direcionamento para onde querem, e acabou.

Eu só queria colocar isso, já que ele falou, que o Estado tem esse levantamento e tem programas fantásticos que estão sendo desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura, que é o Programa de Microbacias, que vem ao encontro da proteção do meio ambiente, da proteção das águas, da proteção dos dejetos, da produção dos suínos e de outros segmentos.

Portanto, com certeza que essa parceria entre Município, Estado e União tem que acontecer. Não importa qual é o Partido, qual a ideologia política que está administrando cada esfera, porque nós temos que ser parceiros comuns para chegar a um objetivo que vá ao encontro do que a maior parte da população deseja.

Era isso o que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Eu gostaria de propor um encaminhamento e ressaltar a importância do que a gente está fazendo.

Sobre a araucária nós realizamos uma reunião em Urubici, alguns debates em Lages, temos uma reunião marcada para o dia 29 em Urubici sobre o Parque Nacional de São Joaquim, temos uma audiência dia 15 de setembro em Lages sobre a araucária, então, com essa nossa persistência, com essa nossa luta, vamos ganhando espaço. E espero que todas as pessoas que estiveram aqui... porque essas audiências vão se somando e dando ganho de causa para nós. Não resta a menor dúvida que tudo isso aqui é produtivo. Nós não conseguimos enfiar goela abaixo porque tem as leis que nos limitam, mas com a participação das autoridades, dos Deputados, com as discussões havidas, nós teremos ganhos de causa a cada dia.

Existe em nosso país uma inversão de valores incríveis, como os citados aqui com relação à segurança pública, com relação a uma série de fatores onde o bandido está solto e o inocente está na cadeia. Isso existe a toda hora. Nós estamos vivendo um momento conturbado de inversão de valores, em que aquele que produz é perseguido, em que um ônibus de sacoleiros é preso e os mercados do produto ficam abertos. Então, aquele que leva o produto, que é uma pessoa simples, é preso, mas os mercados que vendem os produtos contrabandeados estão abertos 24 horas, pagando licença à Prefeitura, pagando água, pagando luz.

Então existe em todos os segmentos da sociedade uma inversão de valores muito grande. E aqui nós vivemos essa inversão de valores em que aquele que produz é taxado como...

Eu quero citar aqui o pensamento de uma pessoa que consta numa revista de ambientalistas - eu não vou citar o nome dele para não valorizá-lo, inclusive ele já esteve aqui. Mas aí começou o pensamento ambientalista contra o produtor, pois existe uma discriminação contra o homem do campo, existe uma desvalorização do homem do campo, que é o caboclo, o jeca, o atrasado, mas é ele quem dá o sustento à Nação. Nessa revista está escrito assim: "Alguém disse que o nosso caipira é semeador de taperas, fabricante de desertos e o inimigo das matas." Está escrito aqui por um ambientalista.

Então começou-se a pensar assim e a valorizar aquilo que era o pseudo-ambientalismo. Não, nós não podemos deixar, porque uma árvore é perigosa e tal e tal. E não sabendo ele que quem mais cuida do meio ambiente é o agricultor, é o proprietário da terra. Todos nós sabemos do amor que ele tem pela terra. E isso é demonstrado por essa reserva maravilhosa que nós temos aqui, o entorno desse ambiente que estamos agora.

Pessoal, este é um movimento que está começando e que vai garantir uma valorização dos trabalhadores, dos possuidores de terra, dos possuidores de madeira. Nós começamos o movimento através de audiências públicas, sendo que a primeira audiência foi cancelada porque ficaram com medo, porque viram que existe uma força nossa. Em segundo lugar, tivemos as audiências nos três Municípios e eles ouviram aquilo que jamais pensaríamos em escutar. Em Abelardo Luz todos os que se manifestaram, Sopelsa, Onofre Santo Agostini, Caramori, fizeram indignados, e foi a última audiência porque a gente não agüentava mais - eu cheguei até a ofender os membros do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, o senhores estavam lá e viram.

Então, pessoal, nós começamos um movimento e brevemente teremos as nossas conquistas dentro de uma visão sustentável.

Em seguida passo a palavra ao Sr. Sandro Luiz Favero, Prefeito de Ponte Serrada.

O SR. PREFEITO SANDRO LUIZ FAVERO - Para encerrar a minha participação, eu gostaria de fazer algumas considerações rápidas.

Primeiro, o decreto legislativo que está circulando na Câmara Federal é para suspender as Portarias 507 e 508, não interferindo no processo das RPPNs, porque o SNUC vai continuar sendo vigente, então não tem interferência nenhuma nas RPPNs.

Gostaria também de dizer que a União não tem orçamento como o Presidente da Câmara falou. O alegado é que o Ministério tem o Fundo Nacional de Compensação, sendo usados esses recursos, que não se sabe de onde vem, quanto tem e no que o Ministério aplica para indenizar as áreas.

Como o meu caro professor falou, tudo a seu tempo, e eu quero dizer que se não fosse aquela manifestação em que todos se envolveram e a pressão política, inclusive com a presença do meu professor, no dia 18 de maio teria sido criado o Parque das Araucárias e as demais unidades de conservação, e hoje nós estaríamos chorando.

No momento em que discutimos a questão do redimensionamento do parque, se ele for criado, porque a nossa intenção é que o processo seja suspenso e que se reavalie a questão do manejo sustentável e das RPPNs, mas se por imposição infelizmente o parque vier a sair, nós discutimos a questão dos pequenos proprietários rurais, ou seja, todas as áreas produtivas ao redor do parque, que terá até quinhentos metros de entorno, mas desde que tenha, não é, Prefeito Tozzo, no decreto assinado pelo Presidente Lula um dispositivo que diga claramente que o entorno vai ser totalmente produtivo.

Então é importante que os produtores rurais saibam disso, ou seja, o entorno produtivo tanto na agropecuária como nos reflorestamentos. E que a área de proteção ambiental dos 420 mil hectares não seja mais discutida, porque ela nem consta das portarias. Essa foi uma idéia que algum alucinado inventou e quis também colocar essa área de proteção total.

O encaminhamento, meu caro Deputado, o senhor vai dar agora, mas o nosso posicionamento é que sejam mantidas as propostas que as comissões, em conjunto, elaboraram e encaminharam para o Ministério do Meio Ambiente.

O meu muito obrigado e agradeço pela presença de todos que estiveram aqui. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Gostaria de saudar o Presidente do PTB e o Presidente do PMDB, que se encontram entre nós.

Como encaminhamento desta audiência pública, gostaria de dizer que por sugestão do Prefeito o primeiro encaminhamento da Assembléia Legislativa será dirigir uma moção ao Ibama e ao Ministério do Meio Ambiente, solicitando o acatamento das propostas que foram feitas pela comissão criada entre os municípios.

O segundo ponto é que faremos uma audiência pública pontuando a questão do Sr. Tozzo na Assembléia Legislativa, a fim de que possamos discutir a prisão dele; vamos debater esse assunto abertamente no Parlamento catarinense.

Um outro item é que eu proponho que seja feito pelos três municípios o que foi decidido em Abelardo Luz, e eu até pediria aos dois Prefeitos aqui presentes para se colocarem à disposição no sentido de que as Prefeituras de Ponte Serrada e Passos Maia fizessem os encaminhamentos pontuais, passo a passo, do que vamos querer, citando as conquistas e mais algumas coisas, tudo dentro do projeto, da área que vai ser atingida, para fazermos uma audiência pública na Assembléia Legislativa convocando os quarenta Deputados para participarem, a fim de que os Prefeitos digam: o Município de Ponte Serrada quer isso, isso e aquilo, e o Município de Passos Maia quer isso, isso e aquilo.

Tudo isso se somará a tudo aquilo que estou falando: cada ação é uma demonstração de força, cada movimento vai tornar realidade aquilo que nós queremos, que é democracia no País.

Então que a gente promova uma audiência pública lá na Assembléia Legislativa, com a presença dos Vereadores que puderem ir, dos Prefeitos, porque eles terão a oportunidade maior de falar e mostrar que o município tal quer isso, que o outro município quer aquilo. Através da TV AL - esta audiência aqui foi filmada somente uma parte - os Prefeitos farão as manifestações que serão reproduzidas em 100%, cada município vai dizer para toda a sociedade catarinense a sua indignação e o que ele quer. Seria o outro encaminhamento. Concorda, Sr. Prefeito?

Vamos marcar essa data com os Vereadores, com os Prefeitos e fazer uma bela audiência à noite, pontuando e dando oportunidade, primeiramente, aos Prefeitos que representam os três municípios digam da indignação da população e dos seus pleitos, que explicitem, mostrem em mapa, colocamos em DVD, passamos na tela da televisão, para que 100% da população de Santa Catarina possa ter a oportunidade de tomar conhecimento dos fatos. E isso, eu repito, é mais um ponto, é mais um grão que a gente vai estar comendo; é que nem a galinha, de grão em grão ela enche o papo. E teremos, breve, breve, a conquista daquilo que a gente quer. Não vamos contrapor irracionalmente, mas vamos mostrar o valor do agricultor, o valor das terras, do setor produtivo, e com isso nós teremos as conquistas asseguradas.

Então, resumindo os encaminhamentos: moção da Assembléia Legislativa aprovando os pleitos das Prefeituras que já existem; uma audiência pública para tratar da questão do Sr. Tozzo - inclusive vou sair daqui agora e visitá-lo no hospital -; uma audiência pública destinada às três Prefeituras, vamos convocar - e diria convocar, Sópelsa, porque ninguém vai se negar a participar desta audiência -, para que todos estejam lá ouvindo os Prefeitos e os Vereadores, sabendo o que nós queremos. Faço questão de repetir, mesmo que me torne um pouco chato: se nós nos unirmos e começarmos a dizer o que queremos, nós ganharemos tudo aquilo que desejamos.

Encerro esta audiência agradecendo a todos pela paciência e pela tolerância, mas é assim que se faz democracia, é assim que se conquista, e é assim que a esquerda cresceu neste país, e que hoje está desmoronando porque chegou lá em cima e provou que era tudo mentira. Mas o setor produtivo não, ele quer que o País avance e sabe que isso depende daqueles que trabalham e daqueles que produzem.

O meu muito obrigado a todos e damos por encerrada esta audiência pública. (Palmas.)

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia seis de setembro do ano de dois mil e cinco, sob a Presidência dos Senhor Deputado Jorginho Mello e presentes os demais membros: Deputado Vânio dos Santos, Deputado Paulo Eccel, Deputado Romildo Titon, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Celestino Secco, Deputado Onofre Santo Agostini, Deputado Sérgio Godinho e Deputado João Henrique Blasi. Aberto os trabalhos, foi lida e aprovada por unanimidade a ata da 21ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. **O Senhor Deputado Jorginho Mello**, relatou as seguintes matérias: Projetos de Lei nºs. 322.5/05, 216.4/05 e 260.8/05, exarando pareceres pela admissibilidade, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; Projetos de Lei nºs. 320.3/05, 318.9/05, 321.4/05, 323.6/05 e 327.0/05, apresentando requerimentos pela diligência, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Resolução nº 012.5/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Onofre Agostini** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 028.8/05, exarando parecer pela admissibilidade com emendas modificativa e aditiva, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete aos Deputados Paulo Eccel e João Henrique Blasi. **O Senhor Deputado Celestino Secco**, relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 326.9/05, exarando parecer pela admissibilidade com emenda aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº 025.5/05, apresentando requerimento pela audiência pública, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar nº 027.7/05, exarando parecer pela inadmissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Paulo Eccel. **O Senhor Deputado João Henrique Blasi**, relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 101.5/05, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Vânio dos Santos; Projeto de Sustação de Ato nº 005.0/05, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Projeto de Lei nº 247.0/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Paulo Eccel; Projeto de Lei nº 324.7/05, exarando parecer pelo sobrestamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e a Proposta de Alteração do Regimento Interno nº 001.2/05, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Paulo Eccel. **O Senhor Deputado Joares Ponticelli**, relatou o Projeto de Lei nº 241.5/05, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado João Henrique Blasi. **O Senhor Deputado Paulo Eccel**, relatou o Projeto de Resolução nº 010.3/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Sérgio Godinho**, relatou as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 064.6/05, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Paulo Eccel e o Projeto de Lei nº 269.6/05, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Edgard Novuchy Pereira Usuy, Secretário Parlamentar, lavei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 06 de setembro de 2005.

Deputado Jorginho Mello

Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 415, de 13/09/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JEVERSON ESTAVISKI**, matrícula nº 4682, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/2005 (Deputado Afrânio Boppré).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 416, de 13/09/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **GLÓRIA LEANDRO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/2005 (Deputado Afrânio Boppré).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 417, de 13/09/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **JOSÉ ADELI DILL**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/2005 (Deputado Afrânio Boppré).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 418, de 13/09/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA LUCIA FEDELI GONÇALVES**, matrícula nº 2103, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, código PL/TA-6-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 24/08/2005.

PORTARIA Nº 419, de 13/09/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ZANY ESTAELE LEITE**, matrícula nº 0784, ocupante do cargo de Contador, código PL/ATS-12-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 30/08/2005.

PORTARIA Nº 420, de 13/09/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **SONIA REGINA ARRUDA GONÇALVES**, matrícula nº 1163, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 30/08/2005.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 421, de 13/09/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **KELEN BEATRIZ BARDINI**, matrícula nº 4109, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/05 (Deputado Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 422, de 13/09/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **KELEN BEATRIZ BARDINI**, matrícula nº 4109, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/05 (Deputado Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 423, de 13/09/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **ALESSANDRA MONTEIRO LEBARBENCHON**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/05 (Deputado Cesar Souza).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 424, de 13/09/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições e tendo em vista os termos do of. nº CS003-05 Nº 002/2005, do Presidente da Comissão de Sindicância nº 003/2005,

RESOLVE: com fulcro no parágrafo único, do artigo 158, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

Prorrogar, por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância nº 003/2005, instituída pela Portaria nº 359, de 16 de agosto de 2005.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 425, de 13/09/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de conformidade com o art. 154, parágrafo único, c/c a parte *in fine* do § 2º do art. 157, ambos da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

Constituir Comissão de Sindicância, formada pelos servidores **Désio Muller**, matrícula nº 0889, **Maria do Bonsucesso V. Koerich**, matrícula nº 0631 e **Maria Izabel Maciel**, matrícula nº 1361, todos do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, apurar os fatos relatados no ofício nº 90/2005-08, subscrito pelo Diretor da Divisão de Recursos Materiais e, Boletim de Ocorrência nº 00104-2005-07826, expedido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 426, de 13/09/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MARCELO LUBI**, matrícula nº 1910, na Divisão de Serviços Técnicos e Manutenção.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 427, de 13/09/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LEANDRO MAÇANEIRO**, matrícula nº 4367, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/05 (Deputado Paulo Eccel).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 428, de 13/09/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,*

NOMEAR **LEANDRO MAÇANEIRO**, matrícula nº 4367, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/09/05 (Deputado Paulo Eccel).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0131/05

Denomina José Moratelli o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Dr. Fernando Ferreira de Mello, do Município de Rio do Campo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado José Moratelli o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Dr. Fernando Ferreira de Mello, do Município de Rio do Campo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de setembro de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0158.0/2005**

A Emenda e o art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0158.0/2005 passam a vigorar com as seguintes redações:

"Denomina Aristeu Pucci o Ginásio de Esportes localizado junto à Escola Otília Oliceia Ungaretti, em Cerro Negro.

Art. 1º Fica denominado Aristeu Pucci, o Ginásio de Esportes localizado junto à Escola Otília Oliceia Ungaretti, na cidade de Cerro Negro."

Sala da Comissão, em

Deputado Jorginho Mello

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva tão-somente sanar lapso redacional.

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 30/08/05

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 06/09/05

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0158/05

Denomina Aristeu Pucci o Ginásio de Esportes localizado junto à Escola Otília Oliceia Ungaretti, em Cerro Negro.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Aristeu Pucci o Ginásio de Esportes localizado junto à Escola Otília Oliceia Ungaretti, na cidade de Cerro Negro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de setembro de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0164.9/2005**

Na Emenda e no art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0164.9/2005, onde se lê **Capistrano** leia-se **Capristano**.

Sala da Comissão, em

Deputado Jorginho Mello

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 30/08/05

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 06/09/05

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0164/05

Denomina Valdemiro Luiz Capristano o Auditório da Escola de Educação Básica Frei Manoel Philippi, do Município de Imbuia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Valdemiro Luiz Capristano o Auditório da Escola de Educação Básica Frei Manoel Philippi, do Município de Imbuia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de setembro de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0178/05

Institui o Dia dos Catadores de Materiais Recicláveis, no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia dos Catadores de Materiais Recicláveis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O dia de que trata o artigo anterior será celebrado no dia 22 de Setembro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de setembro de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0217/05

Denomina Professora Orlandina Olívia da Silva o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Pero Vaz de Caminha, no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Professora Orlandina Olívia da Silva o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Pero Vaz de Caminha, no Município de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de setembro de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0233/05

Declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Bombinhas e Região.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Bombinhas e Região, com sede e foro no Município e Comarca de Bombinhas.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de setembro de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 0007/2005

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Altera dispositivo da Resolução DP n. 018/98, que dispõe sobre a reformulação da Tabela de Temporalidade e a classificação dos documentos produzidos no Poder Legislativo.

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo III da Resolução DP n. 018, de 08 de julho de 1998, os itens 16 (Clipping - recortes de jornais) e 59 (Matéria jornalística - release).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de setembro de 2005

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - 2º Secretário

Deputado José Paulo Serafim - 4º Secretário

*** X X X ***